



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

LUCAS DE LIMA SILVA

OS INDÍGENAS ALDEADOS E A GUERRA NA DOCUMENTAÇÃO
ADMINISTRATIVA DA COMPANHIA HOLANDESA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS
NO BRASIL (1630-1647)

RECIFE

2024

LUCAS DE LIMA SILVA

**OS INDÍGENAS ALDEADOS E A GUERRA NA DOCUMENTAÇÃO
ADMINISTRATIVA DA COMPANHIA HOLANDESA DAS ÍNDIAS
OCIDENTAIS NO BRASIL (1630-1647)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para aprovação na disciplina de TCC II e obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Romero
Ferreira Miranda

RECIFE

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Suely Manzi – CRB-4 809

S586i Silva, Lucas de Lima.
Os indígenas aldeados e a guerra na documentação administrativa da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1647) / Lucas de Lima Silva. – Recife, 2019.
49 f.; il.

Orientador(a): Bruno Romero Ferreira Miranda.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –
Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Licenciatura em História, Recife, BR-PE, 2024.

Inclui referências e anexo(s).

1. História - Estudo e ensino. 2. Brasil - História - Domínio holandês, 1624-1654. 3. Holandeses - Brasil. 4. Indígenas da América do Sul - Brasil - Identidade étnica 5. Índios - Brasil . I. Miranda, Bruno Romero Ferreira, orient. II. Título

CDD 909

TERMO DE APROVAÇÃO

LUCAS DE LIMA SILVA

OS INDÍGENAS ALDEADOS E A GUERRA NA DOCUMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA DA COMPANHIA HOLANDESA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS NO BRASIL (1630-1647)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para aprovação na disciplina de TCC II e obtenção do grau de Licenciado em História.

Prof. Dr. Bruno Romero Ferreira Miranda
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Licenciatura em História

Profa. Dr^a Suely Creusa Cordeiro de Almeida
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Licenciatura em História

Prof. Dr. Rômulo Luiz Xavier do Nascimento
Universidade Federal de Pernambuco
Departamento de História

Recife, 20 de julho de 2019

AGRADECIMENTOS

Há muito tempo gosto de ler agradecimentos de trabalhos científicos. Descobrir as conexões pessoais e profissionais dos autores e tentar recriar mentalmente as redes de troca de conhecimentos e afetos entre os indivíduos e suas pesquisas é uma atividade que considero prazerosa e essencial para entender a produção social dos textos, para além do que está argumentado e referenciado no seu conteúdo.

Também considero esta sessão como a razão de ser do uso da primeira pessoa do plural na etiqueta dos trabalhos científicos. “Nós”, nesse caso, aparece como algo que ultrapassa a mera formalidade acadêmica, e é antes o reconhecimento latente de que nenhuma trajetória ou trabalho se constroem sozinhos ou alheios ao meio circundante. Por estes motivos, jamais poderia me escusar de mencionar e agradecer profundamente aos seguintes, que tiveram participação fundamental em diversos momentos da minha formação profissional e pessoal ao longo desta graduação, que tem culminância neste Trabalho de Conclusão de Curso:

Agradeço aos que, graças às pontes criadas pela tecnologia, contribuíram extraordinariamente para a minha formação. Agradeço especialmente aos professores André Prous e Adler Homero Fonseca de Castro pela prestatividade singular em atender aos pedidos e questionamentos de um graduando anônimo;

A Gabryele Martins, pelo incentivo nos críticos primeiros semestres da graduação e por abrir meus olhos para a importância da docência;

A Andresa Rodrigues, por me fazer perceber as questões de gênero e raça nos outros e em nós mesmos;

A Walter José do Nascimento Júnior pela profunda amizade, o amadurecimento, as conversas em qualquer horário, os conselhos, o bom humor, as repreensões e por ser um irmão mais velho para mim;

A João Victor e Breno Caique por sempre chamarem a minha atenção para a função social do ofício de historiador durante as vezes em que cogitei trancar-me para o mundo;

A Dayanne Íris por sempre estar um passo à minha frente e frequentemente renovar minha paixão pelo conhecimento;

A Anderson Guimarães e Vinícius Cavalcante, pelas discussões inteligentes – e frequentemente intercaladas com humor de péssima qualidade – durante as cansativas voltas para casa no Camaragibe/Macaxeira;

A Izabelly Lins pela preocupação com a minha saúde e meus hábitos;

A Matheus Henrique por não me deixar esquecer de onde vim;

A José Lauro pela rica amizade e pelas trocas e discussões sobre o passado recente e o presente dos povos indígenas, que me salvaram do isolamento e me obrigaram a pensar politicamente o estudo dos povos indígenas no Brasil;

A todos os verdadeiros amigos que fiz na UFRPE e nos ambientes de estágio que passei, por tornarem as aulas e as atividades de pesquisa e extensão muito mais leves e agradáveis;

Às professoras Ana Nascimento e Suely Luna pelo acolhimento e as oportunidades oferecidas a mim no Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica da UFRPE e pelo despertar do interesse pela Arqueologia;

A Rodrigo Ibson, Pollyana Calado, Josué Lopes e Elba Chagas pelos diferentes aprendizados proporcionados por cada um, e pelo bom humor e descontração compartilhados igualmente pelos quatro, durante as nossas atividades arqueológicas;;

A Sandro Vasconcelos, pelas dicas musicais, o aprendizado pessoal e acadêmico e pelo enorme carinho;

Aos professores Bruno Boto, Gustavo Acioli, Kléber Clementino e Mariana Dantas pelas enormes contribuições que fizeram enquanto avaliadores dos meus trabalhos de PIBIC que, sem sombra de dúvidas, deram forma ao texto aqui apresentado;

Aos docentes do Curso de Licenciatura Plena em História da UFRPE: Giselda Brito, Jeannie Menezes, Lúcia Falcão, Ronaldo Maia (*in memoriam*), Suely Almeida e Wellington Barbosa, por serem professores exemplares e contribuírem de maneira capital para a minha formação humana e intelectual;

Aos verdadeiros amigos que fiz fora do ambiente acadêmico, que me ajudaram nas minhas descobertas e momentos difíceis, bem como a pensar a minha prática profissional para além dos debates da comunidade universitária;

À minha família pelo apoio e compreensão das minhas ausências;

A Pâmela Camelo, pela companhia, o cuidado, o apoio e a doçura;

Ao meu Orientador, Bruno Romero Ferreira Miranda, pela inspiração, receptividade, respeito e os esforços de paciência, insistência e confiança despendidos em mim desde o segundo período da minha graduação;

À FACEPE, pelo apoio – imprescindível para um egresso da rede pública de ensino – sob a forma da Bolsa de Iniciação Acadêmica;

Ao Museu da Cidade do Recife e à Prefeitura da Cidade do Recife pelas oportunidades proporcionadas pelo estágio remunerado;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e à Universidade Federal Rural de Pernambuco pela Bolsa de Iniciação Científica;

Aos funcionários da UFRPE que me ajudaram durante toda a graduação, pelo profissionalismo e a dedicação com que exercem suas funções.

Julho de 2019

DEDICATÓRIA

À minha família.

Modernizar o passado
É uma evolução musical
Cadê as notas que estavam aqui?
Não preciso delas!
Basta deixar tudo soando bem aos ouvidos

O medo dá origem ao mal
O homem coletivo sente a necessidade de lutar
O orgulho, a arrogância, a glória
Enche a imaginação de domínio
São demônios os que destroem o poder bravio da humanidade

Viva Zapata!
Viva Sandino!
Viva Zumbi!
Antônio Conselheiro!
Todos os Panteras Negras
Lampião, sua imagem e semelhança
Eu tenho certeza, eles também cantaram um dia

Chico Science & Nação Zumbi – Monólogo ao Pé do Ouvido

SUMÁRIO

Agradecimentos

Dedicatória

Epígrafe

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. OS INDÍGENAS ALDEADOS E A GUERRA NA DOCUMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA DA COMPANHIA HOLANDESA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS NO BRASIL (1630-1647).....	12
2.1 Os Índios na História.....	16
2.2 Pequena nota acerca da identificação étnica nas fontes holandesas.....	20
2.3 Brasileiros em pé de guerra na bibliografia do Brasil Holandês.....	22
2.4 Brasileiros em pé de guerra nas fontes administrativas da Companhia.....	23
2.5 Pequenos protagonismos com base na relevância militar dos brasileiros.....	24
2.6 Contextualizando o emprego dos brasileiros: tropas auxiliares.....	27
2.7 Em busca de uma estimativa do emprego global de brasileiros nos contingentes da WIC.....	29
2.8 Aldeamentos como forma de controle cotidiano do território.....	34
2.9 Considerações Finais.....	39
2.10 Referências Bibliográficas.....	40
3. ANEXO A: REGRAS DA REVISTA – NORMAS EDITORIAIS.....	45

INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a seguir é texto produzido obrigatoriamente por exigência do Departamento de História, segundo a Regulamentação do Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura em História (2018), presente no Projeto Pedagógico de Curso da mencionada Licenciatura. De acordo com esta normativa, o Trabalho pode ser elaborado em diversos formatos, a serem escolhidos pelo concluinte. Para este TCC, optou-se pela produção de artigo científico, o que segundo o documento supracitado, implica na escolha de um periódico acadêmico como modelo que acolha trabalhos desenvolvidos na área de História, além do seguimento das normas editoriais dessa publicação durante o processo de redação do TCC. O periódico modelo de formação e estilo para o Trabalho. Para este TCC, escolheu-se a Revista Clio Arqueológica do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, que realiza publicações na área de História ranqueadas com o Qualis de B3, segundo o seu cadastro na Plataforma Sucupira da CAPES para o quadriênio de 2013-2016. Também é regra, segundo a normativa da UFRPE para o TCC, que as normas editoriais do periódico escolhido sejam anexadas no corpo do texto do Trabalho. Assim, as ditas normas foram incluídas no texto do TCC após o artigo científico, e estão indicadas no sumário acima.

As regras do Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura Plena em História da UFRPE determinam que este seja “uma produção individual e obrigatória para todos(as) os(as) estudantes ingressantes a partir de 2014.1” (Art. 2º). Contudo, o regime diferenciado de produção de artigo científico previsto pela própria normativa mencionada acima assenta que “Na apresentação da modalidade artigo científico, discente e orientador escrevam uma proposta segundo uma Revista qualificada pela CAPES” (Art. 22º). Ainda, a obediência estrita às regras da Revista Clio Arqueológica demandou que orientador e orientando figurassem juntos na atribuição de autoria, e em ordem alfabética. Ou seja, dado as formalidades mencionadas, orientador e orientando figuram como autores do artigo deste TCC, sem distinção aparente, vide exigências das normas editoriais da revista selecionada.

Os indígenas aldeados e a guerra na documentação administrativa da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1647)

Bruno Romero Ferreira Miranda¹

mirandabruno@gmail.com

Lucas de Lima Silva²

lucaslimashi@gmail.com

RESUMO

12

Neste artigo, abordaremos a atuação dos indígenas aldeados enquanto força militar auxiliar na expansão e salvaguarda do território conquistado pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais à América Portuguesa no século XVII. Os questionamentos subjacentes que culminaram na realização desta pesquisa baseiam-se nos conceitos, discussões teóricas e métodos característicos de um Domínio Histórico que emergiu na Historiografia Nacional a partir das últimas décadas do século XX: a “Nova História Indígena”. Os trabalhos deste campo têm legado uma reavaliação importante do impacto das ações de indivíduos e grupos ameríndios sobre processos e eventos históricos, à luz de reinterpretações de certos conceitos, bem como a partir da crítica a historiografias anteriores. Para a concretização da proposta, analisaremos essencialmente fontes administrativas neerlandesas no intuito de identificar a extensão – quantitativa e qualitativa – do emprego militar de indígenas aldeados, a relação destes com a atividade bélica durante o período citado e a centralidade do sistema de aldeamento colonial para as práticas de neerlandeses e indígenas diante da guerra.

Palavras chaves: aldeamento colonial; Brasil Holandês; guerra; Nova História Indígena.

¹ Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE.

² Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE.

ABSTRACT

In this article, we will discuss the role of the indigenous villagers as an auxiliary military force in the expansion and safeguarding of the territory conquered by the Dutch West India Company from Portuguese America in the 17th century. The underlying questions that led to this research are based on the concepts, theoretical discussions and methods characteristic of a Historical Domain that emerged in National Historiography in the last decades of the 20th century: the “New Indigenous History”. The work of this field has left an important reassessment of the impact of the actions of Amerindian individuals and groups on historical processes and events, in the light of reinterpretations of certain concepts, as well as from the criticism of previous historiographies. To carry out this proposal, we will essentially analyze Dutch administrative sources in order to identify the extent - quantitative and qualitative - of the military employment of indigenous villagers, their relationship with war activity during the period in question and the centrality of the colonial “aldeamento” system to the practices of Dutch and indigenous people in the face of war.

13

Keywords: colonial *aldeamento*; Dutch Brazil; New Indian History; war.

Quando em 20 de setembro de 1644, logo após o seu retorno como Governador da Conquista neerlandesa na costa Atlântica da América portuguesa, o Conde alemão João Maurício de Nassau-Siegen escreveu em relatório aos Estados Gerais³ que “da amizade dos índios depende em parte o sossego e a conservação da colônia do Brasil e que se tendo isto em vista deve-se-lhes permitir conservar sua liberdade natural” (NASSAU-SIEGEN apud MELLO, 2001: 210)⁴ ele provavelmente o fazia da maneira

³ Os Estados Gerais eram, à época, a autoridade política máxima da confederação de Províncias que estava em aberta rebelião ao domínio Imperial Habsburgo desde meados do século XVI, rebelião esta que é conhecida como Guerra dos Oitenta Anos ou Guerra de Independência dos Países Baixos. (ALBUQUERQUE, 2014: 43-87).

⁴ Optou-se por transcrever acima a tradução parcial feita por José Antônio Gonsalves de Mello do Relatório do Conde Maurício de Nassau, dado a sua grafia atualizada. Todavia, há uma tradução integral do mesmo documento, realizada por Luiz de Queiroz de Mattoso Maia e depositada na Biblioteca Nacional em formato de manuscrito, que também foi consultada para a realização deste trabalho (NASSAU-SIEGEN, [1644]: 225-262).

mais séria possível. E embora já tenham se passado mais de 300 anos desde a escrita original do texto do então Conde de Nassau-Siegen, só muito recentemente que os historiadores que lidam com o estudo do período denominado “Brasil Holandês” passaram a atentar com mais zelo para a presença e a influência de indivíduos e grupos indígenas no desenrolar dos processos históricos mencionados, especialmente quando considerarmos a tradição centenária deste campo de interesses particular da história.

Não que os historiadores anteriores tenham ignorado a presença e a grande importância dos diversos grupos e indivíduos indígenas no contexto citado, pois é praticamente impossível negligenciar as muitas vezes que os ameríndios são mencionados em cartas, relatórios e narrativas produzidos durante o período da dominação neerlandesa de parte da então colônia portuguesa do Brasil (SCHALKWIJK, 2004: 207). Nesses documentos, indígenas frequentemente aparecem como elementos de grande importância para o desenrolar das ações militares da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (*Westindische Compagnie*, ou simplesmente “WIC”), centralidade que já foi notada por alguns (BOOGAART, 2000: 107-108; HULSMAN, 2006: 66; NASCIMENTO, 2007: 131, passim; MAGALHÃES, 2016: 90, passim). Apesar disso, por muito tempo as populações ameríndias presentes na então colônia holandesa foram percebidas como elementos meramente reativos ao jogo de interesses coloniais de poderosos estados europeus.

14

Tal forma de ler as ações e práticas dos povos indígenas na História do Brasil Holandês está evidente no, de modo geral excelente, trabalho de fôlego do historiador canadense John Hemming (HEMMING, 1978), sobre a conquista dos índios brasileiros, entre 1500 e 1760. No seu capítulo, *As Guerras Holandesas*, Hemming trata de diversos aspectos do envolvimento de populações ameríndias no conflito de interesses entre lusitanos e neerlandeses pela rica colônia açucareira americana. Embora o ponto de vista pessimista do autor seja, de certo modo, compreensível – afinal, o processo de estabelecimento das sociedades coloniais nas Américas foi, em muitos aspectos, extremamente negativo para os grupos indígenas, e obedeceu muitas vezes a dinâmicas que não foram ditadas pelas populações autóctones do continente – a narrativa de Hemming frequentemente aparenta dar mais destaque a um suposto processo de substituição dos grupos indígenas por “belas vilas” e nascentes sociedades coloniais, completamente alheias nas suas dinâmicas internas, a qualquer ação indígena minimamente significativa.

Do mesmo modo, não é somente na escrita de Hemming que o poder da ação dos indígenas é negligenciado. Boa parte da produção historiográfica profissional, desde o seu surgimento no século XIX, ignorou a agência⁵ indígena ao longo da história do Brasil. Só em tempos recentes – mais precisamente, a partir da última década do século XX, e em maior intensidade somente a partir da primeira década do século XXI – que a interação entre a História e outras Ciências Humanas e Sociais, notadamente a Antropologia, tem trazido análises e interpretações originais que buscam explicar de maneira mais elaborada e atenta à própria humanidade dos ameríndios, o processo de estabelecimento das sociedades coloniais, chamando atenção para mestiçagens e negociações entre diversos grupos (ALMEIDA, 2013a: 299-325; OLIVEIRA, 2016: 7, 193-202). Ainda que seja sempre importante considerar que estas negociações muitas vezes foram levadas a cabo em um contexto frequentemente violento e desigual (ALMEIDA, 2013a: 114-137, passim), perceber a ação constante de personagens e grupos indígenas ao longo da História tem abalado as interpretações convencionais que naturalizam o longo processo de Conquista da América. Consequentemente, também sai abalada a influência que estas interpretações e discursos detém sobre dinâmicas atuais que regem as relações da sociedade nacional brasileira com essas alteridades índias, uma vez que se baseiam na preconceção equivocada da identidade transitória desses sujeitos indígenas (OLIVEIRA, 2016: 34-40).

15

Assim, embora historiadores estejam cientes há mais de um século da presença indígena – especialmente dos indígenas concentrados em aldeamentos coloniais, que serão o foco deste trabalho – nos processos históricos das invasões holandesas à América Portuguesa, só se tornou possível a detida análise histórica das ações propositadas destes indígenas a partir da irrupção recente de um campo de estudos, descrita acima. O entendimento dos conceitos e argumentos que servem de base para este campo que representa um novo universo de possibilidades deve ser brevemente explicado, com a intenção de apresentar ao leitor a ótica sob a qual se interpretará o contexto e as fontes históricas do Brasil Holandês, para onde retornaremos após essa necessária digressão.

⁵ Aqui, o uso do termo “agência” tem significado amplo. O emprego deste conceito encontrou crescimento significativo nos estudos de história indígena no Brasil a partir da década de 1990, conforme será exposto mais adiante. O termo deriva do conceito anglófono de “agency”, que é utilizado amplamente para referir-se à ação política consciente de grupos sociais, especialmente aqueles tidos como “subalternos”, dentre os quais, os povos indígenas (MONTEIRO, 1995: 226-227; OLIVEIRA, 2016: 347).

OS ÍNDIOS NA HISTÓRIA

Na introdução da sua coletânea de artigos publicada em formato de livro e intitulada, *O Nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*, o antropólogo João Pacheco de Oliveira questionou abertamente as historiografias que excluem os povos indígenas dos processos históricos formativos da nação brasileira. Na maioria destas narrativas – que no caso brasileiro, segundo Oliveira, incluem desde as sínteses elaboradas por Varnhagen em meados do século XIX, até os trabalhos levados a cabo por historiadores marxistas no século seguinte – os ameríndios aparecem ou como entraves bárbaros ao progresso ou já como “extintos”, relegados ao passado (OLIVEIRA, 2016: 75-116). O exotismo direcionado aos indígenas também é apontado por Oliveira como elemento que atrapalha a percepção da importância da ação dos nativos para os processos históricos nacionais ou proto-nacionais (OLIVEIRA, 2016: 8-29). Assim, João Pacheco de Oliveira demonstra o seu interesse em evidenciar a posição dos ameríndios enquanto “agentes efetivos na construção do Brasil” de modo a:

16

lançar desafios e hipóteses interpretativas heterodoxas e originais sobre o processo de *nation building*, esperando assim contribuir para uma melhor compreensão das contradições e jogos políticos e ideológicos que caracterizaram a formação da nação. Não estaremos falando apenas do passado, mas de conflitos e processos atuantes na contemporaneidade brasileira. (OLIVEIRA, 2016: 9)

Desta feita, Oliveira estabelece que questionar as narrativas históricas de “autorrepresentação nacional” à luz da participação ativa de diversos grupos indígenas nos processos históricos é fator que não diz respeito somente à história destes povos, mas também é elemento central para se pensar as narrativas e a identidade Nacional próprias, bem como os processos que dizem respeito às relações sociopolíticas da sociedade Nacional com a alteridade na atualidade (OLIVEIRA, 2016: 34-40). De fato, Oliveira afirma que nunca se preocupou em elaborar só uma história dos indígenas, mas que seu foco sempre foi refletir sobre as diversas relações interétnicas em escalas variadas (OLIVEIRA, 2016: 7).

De modo similar, a antropóloga e historiadora Maria Regina Celestino de Almeida, na introdução do seu livro *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas*

aldeias coloniais do Rio de Janeiro (2013a)⁶ apresenta e questiona os pressupostos teóricos e metodológicos da História e da Antropologia que fomentaram interpretações simplistas sobre a atuação histórica dos povos indígenas ao longo da história do Brasil (ALMEIDA, 2013a: 25-34). Almeida aponta que, à medida que História e Antropologia foram se aproximando⁷ e alterando suas matrizes conceituais – especialmente aquelas vinculadas à ideia de cultura e a sua historicidade – as análises científicas tornaram-se mais abertas a uma nova interpretação da atuação dos povos indígenas na história. No Brasil, este impacto começou a ser sentido a partir da década de 1990 (ALMEIDA, 2013a: 9; ALMEIDA, 2013b: 400-403; OLIVEIRA, 2016: 201-202; RAMINELLI, 2013: 178).

Assim como Almeida, João Pacheco de Oliveira também critica modelos Históricos e Antropológicos que silenciaram e imobilizaram a ação indígena ao longo do tempo (OLIVEIRA, 2016: 10-14, 45-46, 193-197, passim). Ao fim, Maria Regina Celestino de Almeida e João Pacheco de Oliveira partem, epistemologicamente, de uma mesma tendência revisionista, solidamente ancorada em abordagens fornecidas por pesquisadores da História e da Antropologia, que – a partir do contato e da permuta de conceitos entre as duas disciplinas no cenário intelectual internacional no último quartel do século XX, notadamente através da reformulação de interpretações acerca da cultura e identidade humanas – passou a questionar ideais de “pureza” ou de “autenticidade” cultural, abrindo caminho para demonstrar a existência continuada dos povos indígenas como agentes históricos que perseguiram seus próprios interesses e participaram ativamente do processo de construção do Brasil. Desta forma, a atual elaboração de análises científicas baseadas neste novo conjunto de pressupostos teórico-metodológicos acaba perpassando, inelutavelmente, por um exercício de construção de novos questionamentos e formas de examinar e visitar fontes primárias, mesmo as já

17

⁶ Indicamos a data da segunda edição, que foi a utilizada na elaboração deste trabalho, sendo a primeira edição desta obra datada de 2003. Contudo, seu texto já estava concretizado 3 anos antes da publicação, sob a forma de Tese de Doutorado, nomeada “*Os índios aldeados no Rio de Janeiro Colonial: novos súditos Cristãos do Império Português*”. A Tese foi produzida entre os anos de 1996 e 2000, sob a orientação do historiador John Manuel Monteiro, no Departamento de Antropologia da Unicamp (ALMEIDA, 2013a: 9-10). Desde sua primeira edição o livro de Almeida recebeu apresentação escrita por João Pacheco de Oliveira. Nesta apresentação, percebemos que o pensamento de Oliveira já traz em 2003 boa parte dos princípios apontados na supramencionada introdução da coletânea de 2016, demonstrando o quão consolidado já estava o pensamento daquele autor.

⁷ Almeida apresenta a aproximação entre a história e a antropologia como um longo e diversificado processo, que pode ter seu início datado a partir da década de 1950. (ALMEIDA, 2013a: 27-28).

conhecidas há séculos (ALMEIDA, 2013a: 38-41; OLIVEIRA, 2016: 7-8, 29, 31-32)⁸. Ao se munirem de novos olhares sobre as fontes históricas e de novas concepções sobre a cultura como elemento suscetível a transformação, os trabalhos de Almeida e Oliveira, demonstraram a capacidade de conceber análises críveis e resultados instigantes sobre a importância do envolvimento de povos indígenas no passado e no presente do Brasil (ALMEIDA, 2013a: 327-330; OLIVEIRA, 2011: 9-15).

Contudo, a renovação dos estudos sobre os povos indígenas do Brasil também dependeu, ao lado dos incentivos epistêmicos, de estímulos latentes, oriundos do mundo real. Na apresentação de outra coletânea de artigos, desta vez produzida de maneira colaborativa, intitulada *A Presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*, lançada em 2011 pela editora Contra Capa, João Pacheco de Oliveira aponta os processos de rearranjo e emergência étnica de grupos indígenas na região Nordeste, que tomaram forma já desde a década de 1950, como prova irrevogável da incongruência das perspectivas “assimilacionista” e “pessimista” sobre o passado e o futuro das populações indígenas. Desse modo, percebe-se no texto de Oliveira, que a constatação do “fato social” do processo de etnogênese⁹ entre os indígenas do Nordeste obrigou historiadores e antropólogos a reconsiderarem as interpretações vigentes sobre as relações entre cultura, identidade e historicidade, culminando no processo já descrito de reinterpretação do passado das relações entre grupos indígenas e não-indígenas (OLIVEIRA, 2011: 9-15; OLIVEIRA, 2016: 75-115, 197-221). Maria Regina Celestino de Almeida corrobora e valida a importância do fenômeno descrito por Oliveira, assim como afirma a importância desta renovação historiográfica para as muitas “histórias de índios” e “histórias regionais e do Brasil” que ainda não foram contadas (ALMEIDA, 2010: 159-160)¹⁰.

⁸ Este aspecto, apesar de ser mais bem sistematizado na introdução de ambos os trabalhos, também aparece continuamente ao longo dos respectivos textos, pois se torna aspecto constituinte da justificativa, dos objetivos e dos resultados obtidos pela aplicação dos novos conceitos e métodos.

⁹ A etnogênese, enquanto fenômeno delimitado historicamente, é caracterizada por João Pacheco de Oliveira como “tanto a emergência de novas identidades quanto a reinvenção de etnias já reconhecidas” no contexto específico dos povos e culturas indígenas do Nordeste (OLIVEIRA, 2016: 9, 201-212).

¹⁰ Cabe acrescentar que, para além das conclusões seminais que historiadores e antropólogos têm alcançado de modo exitoso, análises em outras ciências também podem contribuir para a desmistificação de discursos e práticas que visam apagar a ação pretérita e, em diversos casos, a própria existência contemporânea de populações indígenas. Exemplo significativo é o de artigo recente na área de estudos genéticos, que

Dado o teor extremamente rico dessas novas propostas e análises, não é de se surpreender que desde a década de 1990, quando Almeida, Oliveira e outros pesquisadores importantes estabeleceram seus trabalhos de modo pioneiro e basilar na historiografia Nacional, muitas linhas já foram escritas sobre a ação indígena na história do Brasil. Podemos entender estas novas leituras, oriundas de questionamentos teórico-metodológicos e interesses de pesquisa mais ou menos semelhantes, como um campo histórico a parte, uma “modalidade” da produção historiográfica. De fato, seguindo o que foi apontado neste trabalho, o conjunto de produções guiado por estes novos paradigmas se assemelha bastante à definição de domínio histórico¹¹, segundo a argumentação de José D’Assunção Barros no artigo intitulado *Sobre a noção de campo histórico* (2010). Portanto, para evitar repetições futuras, nos referiremos ao longo do texto a esta unidade de trabalhos que visa rever processos históricos à luz da participação ativa de indivíduos e comunidades indígenas como um “domínio” específico da História, optando por intitulá-lo, de maneira circunscrita a este trabalho, como “Os Índios na História”¹².

19

corroborou a presença de 51,55% de ancestralidade ameríndia dentre a atual população indígena Tupiniquim do município de Aracruz, no Espírito Santo – uma percentagem significativamente mais elevada que os cerca de 7% atribuídos à média da população brasileira. O estudo também apresenta resultados que possivelmente vinculam esta população atual aos grupos indígenas Tupiniquim que migraram para a costa brasileira há aproximadamente 2 mil anos (CASTRO E SILVA et al, 2020). Como nas discussões das ciências humanas e sociais, um dos problemas científicos da pesquisa de Castro e Silva et al. perpassa pela existência de um discurso assimilacionista, que invisibiliza a existência das populações indígenas. Assim, os autores relembram que já “by the end of the 18th century, the coastal native populations were declared extinct” (CASTRO E SILVA et al., 2020: 1), o que o seu estudo genético contradiz claramente, ao demonstrar a ocupação contínua desta região da costa Atlântica por grupos Tupi até os dias atuais. Assim, queremos demonstrar a rica possibilidade de discussões cruzadas entre historiadores e setores das ciências naturais, para além da já tradicional troca com pesquisadores das ciências sociais e humanas, na execução de análises amplas e ainda mais fundamentadas dos processos históricos.

¹¹ Ou seja, um conjunto de temáticas ou objetos de estudo privilegiados por uma comunidade coesa de historiadores profissionais, que muitas vezes apresentam questionamentos e abordagens específicos. (BARROS, 2010: 4-7).

¹² Optamos pelo termo acima pois este é o nome do Grupo de Trabalho (GT) registrado na Associação Nacional de História (ANPUH), aprovado durante o XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH, em julho de 2009. O grupo, teve – e continua tendo – importância central na estruturação e proliferação dos estudos históricos sobre os povos indígenas no Brasil. Da organização deste GT, e da renovação historiográfica que ele é partícipe, é indissociável a figura do professor John Manuel Monteiro (1956-2013). O atual GT deriva sua constituição de um Simpósio Temático criado, organizado e coordenado por Monteiro, ainda em 2003 (ALMEIDA, 2013b: 402). As ações de John Monteiro no intuito de instituir um fórum de debates acerca da história dos povos indígenas ainda legaram o importantíssimo domínio na internet “Os índios na História do Brasil”. Desse modo, a atuação de Monteiro foi reconhecida como central e pioneira no mencionado processo de revisão historiográfica no Brasil (ALMEIDA, 2013b), (RAMINELLI, 2013). O Grupo de Trabalho permanece ativo até o presente momento. “Os índios na

Assim, munidos deste instrumental teórico-metodológico, este trabalho pretenderá abordar o que observou o Conde Maurício de Nassau a afirmar que “da amizade dos índios depende em parte o sossego e a conservação da colônia do Brasil”, especialmente no que diz respeito à participação militar destes indígenas aldeados nos conflitos e movimentações bélicas durante o Brasil Holandês. Também buscaremos demonstrar como essa dependência dos serviços militares prestados por indígenas à Companhia Holandesa das Índias Ocidentais pôde ser mobilizada pelos próprios indígenas aldeados nas suas ações propositadas direcionadas a “conservar sua liberdade natural” (NASSAU-SIEGEN apud MELLO, 2001: 210), sua liberdade de escolha e agências próprias.

20

PEQUENA NOTA ACERCA DA IDENTIFICAÇÃO ÉTNICA NAS FONTES DOCUMENTAIS DO BRASIL HOLANDÊS

Antes de mergulharmos propriamente no confronto entre a documentação administrativa da Companhia e as historiografias – antigas e recentes – que discorreram sobre a influência dos povos indígenas aldeados nos processos históricos do Brasil Holandês, é cabível que façamos uma breve exposição de como os agentes protagonistas deste trabalho, os indígenas aldeados, apareceram nas fontes utilizadas. As coletividades humanas que formam o objeto de pesquisa deste trabalho são os indígenas vinculados aos aldeamentos coloniais do Brasil Holandês. O interesse por esses grupos e indivíduos deriva das conclusões de alguns dos trabalhos norteadores da historiografia inspirada na renovação bibliográfica dos “Índios na História”, apontada acima. Como “índios coloniais”, na breve, mas importante associação que John Monteiro fez com o conceito de Karen Spalding (MONTEIRO, 2013: 17) e na acepção que sua orientanda, Maria Regina Celestino de Almeida, cunha para os Tupi aldeados do Rio de Janeiro quinhentista e seiscentista, como “súditos cristãos do Império Português” (ALMEIDA, 2000), os indígenas aldeados do Brasil Holandês também são percebidos nesta pesquisa como

História do Brasil” também é o nome de endereço na web alimentado até 2012 pelo professor John Monteiro, que testemunha os esforços deste historiador na constituição de um campo amplo de debate sobre a História dos Povos Indígenas. O *site* de Monteiro pode ser acessado no endereço <<https://plutao.ifch.unicamp.br/ihb>>.

contingente indígena em intensa relação com a sociedade colonial, então em processo formativo, no recorte espacial e cronológico que nos diz respeito.

Todavia, diferentemente da documentação portuguesa, estes indígenas aldeados são majoritariamente denominados pelas fontes holandesas como “*brasilianen*”¹³. Corroborando o teor das relações travadas entre estes “índios coloniais” das Capitanias do Norte à época do domínio neerlandês, José Antônio Gonsalves de Mello ressalta terem sido estes brasileiros os grupos indígenas que mais intensamente conviveram com os europeus (MELLO, 2001: 215). De modo complementar, afirmamos que o alto volume de menções a estes *brasilianen* nas fontes administrativas da Companhia parece corroborar a afirmação do historiador pernambucano¹⁴. Ainda, de modo geral, estes indígenas brasileiros foram caracterizados consistentemente pelos historiadores como povos de língua Tupi, em estreita associação aos grupos que habitavam a costa Atlântica e formaram o núcleo demográfico dos aldeamentos coloniais ainda no século XVI (BOXER, 1961: 25-26; HULSMAN, 2006: 41-42, 51; MELLO, 2001: 210, 214-215, 227; MELLO, 2004: 51; NASCIMENTO, 2007: 134, 138-139; SCHALKWIJK, 2004: 207-208). Assim, utilizaremos o termo “*brasilianen*” ou sua tradução para o português, “brasiliano”, como palavra intercambiável, para nos referir aos indígenas provenientes de aldeamentos coloniais durante o período de domínio da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais sobre partes do Brasil, tendo como base sólida bibliografia acerca do período, citada acima, e a própria observação global das fontes neerlandesas. Todavia, ressaltamos criticamente que existem algumas inconsistências nesta caracterização, por derivar – inevitavelmente – de categorias coloniais atribuídas pelos europeus às comunidades indígenas, sobre as quais não temos o espaço de discutir mais a fundo, dado o escopo adotado para este artigo.

21

¹³ Segundo a tradução de José Antônio Gonsalves de Mello: “brasilianos” (MELLO, 1947). Esta se tornou a tradução majoritariamente empregada pela historiografia que trata do período neerlandês (HULSMAN, 2006; MAGALHÃES, 2016; NASCIMENTO, 2007; SCHALKWIJK, 2004).

¹⁴ Dentre as 564 Atas Diárias disponibilizadas pelo projeto Monumenta Hyginia, para os anos de 1635 a 1641 e 1644, 126 continham menções a povos indígenas de modo geral, o que representa 22,34% de todas as Nótulas Diárias disponíveis para consulta. Destas, ao menos 109 podem seguramente ser identificadas como menções a indígenas *brasilianen* (MONUMENTA HYGINIA, 1635-1641, 1644: passim).

BRASILIANOS ALDEADOS EM PÉ DE GUERRA NA BIBLIOGRAFIA DO BRASIL HOLANDÊS

Então, tomando a ligação entre os grupos e agentes *brasilianen* das fontes burocráticas da WIC e os indígenas Tupi que formaram o núcleo demográfico dos aldeamentos coloniais à época do recorte cronológico estabelecido para esta pesquisa como axiomática, derivaremos destas ocorrências a conexão entre os aldeamentos coloniais e as campanhas militares da Companhia holandesa.

As dinâmicas militares das relações da Companhia das Índias Ocidentais com os indígenas das aldeias coloniais já eram percebidas por José Antônio Gonsalves de Mello (MELLO, 1947: 234, 247). Mais de 70 anos após a primeira publicação do texto fundacional de Mello, esse aspecto vem sendo discutido e ampliado por historiadores do Brasil Holandês. Assim, Rômulo Nascimento, enxerga uma correspondência inevitável entre as expectativas militares da WIC para com os aldeados, e as características gerais da administração neerlandesa no Brasil (NASCIMENTO, 2007: 131, *passim*). Do mesmo modo faz Pablo Magalhães, que em artigo recente sobre a estratégia Atlântica das Coroas Ibéricas diante do desafio neerlandês, percebe a relação íntima desta estratégia com a política dos aldeamentos nas Capitanias do Brasil (MAGALHÃES, 2016: 90, *passim*). Porém, o peso dado à participação indígena nas atividades bélicas do Brasil holandês variou bastante. No seu capítulo pioneiro, José Antônio Gonsalves de Mello transcreve, numa nota de rodapé, um trecho do *Relatório ao Conselho dos XIX* de 1639, que apresenta uma estimativa dos indígenas disponíveis para recrutamento pela Companhia das Índias Ocidentais nas aldeias coloniais, e identificados por Mello como “brasilianos”. Ao discorrer sobre o número, Mello o qualificou, desde a primeira edição do seu livro, como “quantia rala” (MELLO, 1947: 254-255). Em edições posteriores, o autor manteve essa percepção, apenas modificando esteticamente este trecho do texto, alterando-o para “quantia insignificante” (MELLO, 1979: 216; MELLO, 2001: 227).

Desde então, estudos tem indicado que a população das aldeias coloniais no Brasil estaria em aparente queda desde fins do século XVI – como registra Magalhães, para a Bahia (MAGALHÃES, 2016: 148) e como argumenta Almeida, ao demonstrar que as populações dos aldeamentos no Rio de Janeiro do século XVII raramente conseguiam manter ou expandir suas reservas humanas sem a injeção constante de novos contingentes populacionais não aldeados (ALMEIDA, 2013a: 45-47). Esta tendência geral parece ser

também o caso para o período da dominação batava, conforme expõe brevemente Schalkwijk (SCHALKWIJK, 2004: 209-211), o que pode explicar a perspectiva de José Antônio Gonsalves de Mello sobre a aparente “insignificância” do contingente populacional disposto nos aldeamentos. Porém, apesar de termos encontrado este primeiro diagnóstico na bibliografia, outros indícios documentais apontam que não era tão “insignificante” a atuação dos grupos indígenas aldeados durante o Brasil Holandês, na função de aliados militares. Trabalhos mais recentes têm ressaltado que o emprego militar de indígenas aldeados não era desprezível, especialmente em certas atuações especializadas ou em certos recortes históricos da conquista neerlandesa (BOOGAART, 2000: passim; HULSMAN, 2006: 66).

23

BRASILIANOS EM PÉ DE GUERRA NAS FONTES ADMINISTRATIVAS DA COMPANHIA

O primeiro indício claro, se manifesta na disputa constante entre portugueses e holandeses para angariar o apoio de aldeados aos seus respectivos “partidos”. A preocupação da Companhia das Índias Ocidentais em arregimentar indígenas aldeados ou impedir que os aldeamentos sob sua influência fossem esvaziados pelas ameaças e/ou promessas de campanhistas adversários é constantemente exposta na documentação administrativa da WIC. Dos registros que pudemos dispor das Atas Diárias da Administração Superior da Conquista, selecionadas e traduzidas pelo projeto *Monumenta Hyginia*, e que representam os anos de 1635 a 1641, bem como o ano de 1644, é sintomático notar que, durante todo o período de 1635 a 1640, pululam os registros que dizem respeito à cooptação e/ou celebração de acordos e alianças com aldeados (MONUMENTA HYGINIA, 24-05-1635, 27-04-1636, 17-08-1637, 14-01-1638, 28-05-1638, 08-06-1638, 13-12-1638, 29-12-1638) ou às reações contra investidas ibéricas sobre os aldeamentos sob a égide da WIC (MONUMENTA HYGINIA, 05-05-1636, 23-07-1636, 01-08-1636, 07-08-1636, 17-08-1636, 18-08-1636, 03-12-1639, 09-10-1640, 18-10-1640). Para os anos seguintes de 1641 e 1644 ainda observa-se a busca por cooptar aldeados, presente na Ata de 4 de março de 1641 (MONUMENTA HYGINIA, 04-03-1641), enquanto as ações de campanhistas inimigos contra os aldeados sob influência neerlandesa desaparece, muito provavelmente devido à cessão da atividade de guerrilha luso-brasileira ao longo do ano de 1641, em prol das negociações de uma trégua entre a

Conquista neerlandesa e o Governo Geral do Brasil (BOXER, 1961: 140-147; MONUMENTA HYGINIA, 16-05-1641). O objetivo de constituir força militar com os indígenas dos aldeamentos, muitas vezes às expensas de outras atividades, como a conversão religiosa e o trabalho econômico, também acabam explicitados nas Atas Diárias, embora essa primazia também variasse conforme a localização geográfica e as necessidades da WIC ao longo das décadas. Exemplo dessa escolha em empregar os brasileiros na guerra, em detrimento de outras atividades, se dá na Ata Diária de 9 de dezembro de 1640, período de grande turbulência político-militar na Conquista holandesa que antecede a trégua de 1641. Ao discorrer sobre as ações tomadas para remediar as investidas dos campanhistas, a Administração Superior do Brasil holandês nos indica que se poderia prescindir momentaneamente da otimização econômica em prol da valiosa participação militar dos brasileiros aldeados:

24

os inimigos saquearam seu engenho, que por causa disto passou 6 dias parado fazendo assim que seu açúcar e o seus canaviais ficassem arruinados, ele também se viu obrigado à [sic] utilizar gente de nossa nação na captura do gado que ele teve que pagar do seu próprio bolso. Enquanto no contrato consta que brasileiros lhe tinham sido prometidos, o que com certeza teria lhe custado muito menos, mas que ele não os recebeu por que [sic] eles tinham que guerrear neste período tão turbulento. Por causa disto os custos da captura do gado ficaram mais alto do que os ganhos. (MONUMENTA HYGINIA, 09-12-1640).

PEQUENOS PROTAGONISMOS COM BASE NA RELEVÂNCIA MILITAR DOS BRASILIANOS

Seguindo os direcionamentos teórico-metodológicos da historiografia renovada sobre a participação indígena nos processos históricos também é interessante notar o relativo grande número de casos de brasileiros que passam para o lado neerlandês por iniciativa própria. Esses “desertores” organizavam-se em grupos pequenos de até algumas dezenas, e não era infrequente que uma pequena delegação fosse enviada à frente dos demais para contatar as autoridades neerlandesas e negociar os termos de sua rendição e realocação para os aldeamentos (MONUMENTA HYGINIA, 17-08-1637). Também é interessante notar a vinculação prévia de alguns desses indígenas, outrora aliados dos portugueses, aos aldeamentos situados então sob a influência holandesa (MONUMENTA HYGINIA, 17-08-1637, 28-05-1638, 08-06-1638). Esse dado sobre a conexão entre indígenas em Campanha junto às forças Ibéricas e aldeamentos então sob a influência neerlandesa é

importante para complexificar os números dos levantamentos demográficos dos aldeamentos nas Capitâneas do Norte realizados pelos neerlandeses e matizar a perspectiva de que representam indícios de uma população insignificante¹⁵. De fato, como apontou Pablo Magalhães, cerca de 5 mil aldeados provenientes das Capitâneas do Norte retiraram-se para a Bahia, junto aos luso-brasileiros, após a queda do Arraial Velho do Bom Jesus em 1635 (MAGALHÃES, 2016: 105). Esses brasileiros que periodicamente abandonam o lado ibérico e pedem à Companhia para regressar às suas aldeias acabam por reforçar a asserção inicialmente feita por Magalhães, e provar que os números derivados dos levantamentos de fontes neerlandesas para os aldeamentos coloniais das Capitâneas do Norte são incompletos. De fato, dado o que foi apontado acima baseando-se em Magalhães, é verossímil concluir que os números posteriores a 1635 baseiem-se sobre uma realidade onde a disputa política entre as Coroas Ibéricas e a Companhia das Índias Ocidentais por aliados brasileiros tenha contribuído para a dispersão territorial da população dos aldeamentos, ao lado ainda de outros fatores, como as agruras da guerra e as relações complexas a nível local, que muitas vezes levaram grupos inteiros de brasileiros a decidirem por migrar para zonas no interior do território sob o controle de grupos indígenas não-Tupi, como foi apontado no tópico anterior¹⁶.

25

¹⁵ Magalhães nos traz informações importantes para o lado português, ao relatar o envio de 1.000 “índios de paz” – *i.e.*: provavelmente indígenas de aldeias coloniais – do interior de São Paulo à Bahia para o combate ao invasor holandês (MAGALHÃES, 2016: 93).

¹⁶ O que não quer dizer que não haja indícios de depopulação nas aldeias coloniais. Duas Atas mencionam explicitamente fatos sobre isso. A primeira denuncia a ausência de equipamentos médicos básicos como “cobertores, medicamentos, cirurgias ou coisas parecidas em caso de doenças” bem como a igual ausência de “médicos para seus doentes” como motivo para que “morram 3 brasileiros para cada um que nasce” (MONUMENTA HYGINIA, 27-11-1640). A segunda, afirma estar em curso “uma queda na população desse povo” (MONUMENTA HYGINIA, 18-01-1641). Todavia, a proposta de problematizar e complexificar os números da população aldeada colonial justifica-se dado a ainda frequente evocação da “crônica da extinção” (MONTEIRO, 1995: 17) da população indígena no Brasil. A intenção é entender esse evento mais como um processo histórico e menos uma tendência teleológica, muitas vezes associada exclusivamente à intrusão de doenças do Velho Mundo entre a população indígena. Assim, cabe lembrar que associados aos documentos acima, também temos Atas que apontam a fome ou escassez de mantimentos nos aldeamentos, que podiam ser provocadas tanto pela sobrecarga de serviço militar dos homens adultos, quanto pela destruição das roças por salteadores independentes, campanhistas luso-brasileiros ou até a própria WIC, fruto da falta de controle territorial pleno (MONUMENTA HYGINIA, 23-09-1636, 21-10-1637, 13-04-1639, 18-10-1639, 27-11-1639). Ou seja, dinâmicas históricas que pouco tem a ver com uma perspectiva naturalizada de inferioridade biológica dos nativos americanos. Do mesmo modo, cabe ressaltar que os indígenas não ficaram inertes diante desse contexto de precarização das condições de vida nos aldeamentos. Moreau chega a ressaltar, por exemplo, que os “brasileiros e tapuias desunidos” – termo que aparentemente representa indígenas não alinhados nem a neerlandeses ou a ibéricos – são “mais fortes e em maior número do que os outros que ainda estão do lado dos holandeses, temendo-se que também estes os abandonem” (MOREAU, 1979: 84-85). Portanto, cabe pensar, como apontou Monteiro, que esses grupos populacionais não desapareceram simplesmente, mas adotaram estratégias

Ainda, esses registros tornam-se mais valiosos quando também os examinamos à luz dos conceitos que buscam perceber a agência d’Os Índios na História, especialmente quando consideramos que os defensores da América portuguesa também se preocuparam em desmontar e esvaziar os aldeamentos que estavam colocados sob a influência da WIC – incorporando os aldeados às suas fileiras – ou até mesmo destruindo-os. Sobre isso, também avultam referências nas Atas Diárias desde o primeiro ano de registro, em 1635, até o ano de 1640, conforme já expusemos acima (MONUMENTA HYGINIA, 05-05-1636, 23-07-1636, 01-08-1636, 07-08-1636, 17-08-1636, 18-08-1636, 03-12-1639, 09-10-1640, 18-10-1640).

Desse modo, é plausível concluirmos que a associação aos neerlandeses representava para esses brasileiros alguma vantagem, dado a existência de outras possibilidades, como permanecer aliados aos portugueses ou simplesmente se retirarem para o interior, como muitos o fizeram. A própria Companhia das Índias Ocidentais, preocupada com a liberdade de escolha de seus indígenas aldeados e o desgaste que a guerra causava a essas relações, procurou sempre que possível agradar com presentes ou aumentar a remuneração das lideranças indígenas inseridas na hierarquia militar para manter o apoio de seus aldeados, visto que deserções e fugas das aldeias não eram situações incomuns (BARO, 1979: 95-96; MONUMENTA HYGINIA, 09-08-1636, 23-02-1638, 01-04-1638, 27-11-1640), o que obviamente era do interesse desses indivíduos.

26

Em outras situações, no entanto, a coação também aparecia como uma das ferramentas no arsenal da WIC, o que não pode ser esquecido, uma vez que contesta a imagem de “bom colonizador” que historiadores como Hemming e Mello por vezes carregavam implicitamente em sua escrita (HEMMING, 2007: passim; MELLO, 2001: passim) e que já foi criticada anteriormente por Mário Neme (NEME, 1971: 178). Sobre isso, contamos muitas vezes com a palavra dos próprios dirigentes da Companhia no Brasil. Um exemplo explícito é o caso da “guarda” de crianças e mulheres dos aldeamentos na Ilha da Itamaracá, que é expressamente referenciada em documentos da administração interna como uma situação de reféns, o que demonstra em algum grau a falta de confiança que os funcionários da WIC ainda possuíam sobre os indígenas

diversas, como a fuga para o interior, como meio de garantir a sobrevivência e evitar a sobrecarga de trabalho que o mundo colonial exigia.

aldeados (MONUMENTA HYGINIA, 03-12-1639). Logo, não é surpresa termos percebido em boa parte das fontes analisadas momentos de tensão entre holandeses e nativos aliados, bem como também entre portugueses e seus próprios auxiliares ameríndios, no tocante à “lealdade” dos últimos, ou seja, a respeito da continuidade ou da quebra da aliança política entre os dois grupos (BARO, 1979: 95-96; MONUMENTA HYGINIA, 18-08-1636; MOREAU, 1979: 52, 61, 63, passim). Assim, ao que tudo indica, tantos os destacados esforços por parte de neerlandeses e portugueses, como as ações e escolhas realizadas por brasileiros, revolviam ao redor da consciência da importância militar do contingente populacional aldeado.

CONTEXTUALIZANDO O EMPREGO DOS BRASILIANOS: TROPAS AUXILIARES

27

Outro indício que nos faz acreditar que não era insignificante o poder militar dos indígenas potencialmente recrutáveis nas aldeias é o fato de que os auxiliares brasileiros geralmente detinham uma atuação militar específica, o que os tornava de importância qualitativa para o pleno funcionamento dos dispositivos da WIC. Conforme já foi notado por diversas análises precedentes, os brasileiros participavam com mais intensidade nas ações táticas e estratégicas que visavam a rapidez de movimento, geralmente enquanto tropas ou pequenos grupos leves, de batedores e escaramuçadores (MAGALHÃES, 2016: 91-103; MELLO, 2007: 280-288; NASCIMENTO, 2007; PUNTONI, 1999: 191-195). De fato, constatamos que a versatilidade e a rapidez de ação dos ameríndios eram frequentemente ressaltadas em relatórios, histórias e documentações burocráticas produzidas no Brasil Holandês por diversos tipos de indivíduos e para finalidades também diversas (DUSSEN, In: MELLO, 2004a: 184; MONUMENTA HYGINIA, 26-02-1638, 21-11-1639, 17-01-1640, 19-01-1640, 24-01-1640, 29-06-1641; MOREAU, 1979: 26). Desse modo, nota-se em diversos episódios militares uma superioridade numérica indígena, que muitas vezes chega a compor – ou até mesmo ultrapassar – os 50% da tropa, nos contingentes da WIC que se vinculam de alguma forma a este tipo de ação rápida.

Assim o foi, por exemplo, com a tropa do capitão Maulpas, que, em resposta às movimentações de campanhistas luso-brasileiros, estacionou em Ipojuca com uma tropa de 100 soldados da Companhia e 150 brasileiros (MONUMENTA HYGINIA, 17-01-1636). A necessidade por tropas rápidas na década de 1630 em decorrência da guerra de

resistência ibérica é ressaltada várias vezes nas fontes administrativas da WIC no Brasil. Em 1637, se aprovou no Conselho da Conquista a formação de um “exército flutuante” composto por 600 soldados, capaz de reagir rapidamente às investidas dos campanhistas luso-brasileiros. Nesta tropa projetada para ser especializada na guerra leve, a presença dos brasileiros também é majoritária, como na tropa de Maulpas do ano anterior. Dos 600 indivíduos a compor o “exército flutuante”, 400 deveriam ser “brasileiros a recrutar em Itamaracá e Paraíba” (MONUMENTA HYGINIA, 28-01-1637). Na década seguinte, o emprego de grandes proporções de soldados brasileiros em tropas leves permanecerá (MONTUMENTA HYGINIA, 17-01-1640, 19-01-1640). Quando da ocorrência da rebelião portuguesa em 1645, a primeira tropa mobilizada pela WIC e posta em campo como resposta aos rebeldes era a do General Haus, composta por 500 homens, onde “quase metade” eram brasileiros (MELLO, 2004b: 245, 247-248, 251; MOREAU, 1979: 42, 46)¹⁷. A importância dos contingentes brasileiros parece ter sido especialmente sensível para a Administração da Conquista nesse ano crucial de 1645, quando a colônia neerlandesa enfrentava uma baixa no número de soldados (BOOGAART, 2000: 109-110). Assim, em relatório – que provavelmente foi concluído no segundo semestre de 1646, segundo José Antônio Gonsalves de Mello (MELLO, 2004b: 200) – os membros do então recém-deposto Alto Conselho¹⁸ pintam um quadro bastante oposto à noção de insignificância das forças militares dos aldeamentos brasileiros, que são tidas como parte

28

¹⁷ Esta será a mesma tropa que será derrotada pelos luso-brasileiros na Batalha do Monte das Tabocas e, depois, na Batalha de Casa Forte, quando em retirada para o Recife. Dado o peso que geralmente é atribuído pela historiografia a Tabocas como a “primeira grande derrota da Companhia ocorrida após o levante dos moradores” (MIRANDA, 2011: 248) e elemento catalisador do apoio dos moradores portugueses ainda titubeantes, cabe considerar o papel dessas tropas leves de brasileiros, especialmente quando relembramos que Tabocas se caracterizou pelo assalto da tropa de Haus a uma posição fortificada (MOREAU, 1979: 44) – posição desvantajosa para a empreitada neerlandesa, visto que a proteção dada por obras fortificadas frequentemente garantia a vitória no contexto das guerras do açúcar (MIRANDA, 2011: 245-246). É já bastante conhecida a repercussão negativa da batalha de Tabocas para a WIC, mas cabe ressaltar que ela também o foi para o “partido” dos seus aliados brasileiros, muitos dos quais foram capturados na batalha subsequente de Casa Forte e foram friamente executados pela liderança luso-brasileira (MELLO, 1954: 39), evento que deixou um profundo ressentimento (HULSMAN, 2006: 45-46).

¹⁸ O Alto e Secreto Conselho foi a entidade administrativa máxima da Conquista batava entre maio de 1644 e agosto de 1646. A redação deste relatório se deu em um contexto turbulento de troca do Governo da Conquista a mando do Conselho dos XIX, o conselho administrativo último de toda a Companhia das Índias Ocidentais, em meio à revolta portuguesa e acusações de corrupção e má gestão direcionadas a estes Conselheiros (MELLO, 2004b: 14-15, 199-202).

constitutiva e muito importante do aparato militar da Conquista. É dito que quando os conselheiros souberam das intenções de rebelião que haviam entre os portugueses:

Resolvemos prontamente fornecer dois meses de víveres a todos os fortes em toda a conquista. Escrevemos ao comandante dos brasileiros, João Listry, para que estes fossem mantidos com suas armas, em estado de prontidão, nas suas aldeias, e para que, se necessário, marchassem quando fosse dada ordem, pois sem eles não conseguiríamos, por causa da nossa fraqueza, levar gente à campanha. (MELLO, 2004b: 244)

EM BUSCA DE UMA ESTIMATIVA DO EMPREGO GLOBAL DE BRASILIANOS NOS CONTINGENTES DA WIC

Contudo, apesar dos reiterados exemplos que demonstram a importância localizada da atuação militar de brasileiros aldeados – seja por momentos históricos de baixa disponibilidade de tropas regulares, seja pela sua atuação especializada como tropas auxiliares – também é mister que se busque estimar a importância relativa desses contingentes de brasileiros dentro do quadro global das forças militares dispostas pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais no Brasil. Esta é tarefa difícil, dado a própria natureza sazonal do recrutamento e a descontinuidade dos documentos administrativos que dispomos na atualidade, como já nos alertara Rômulo Nascimento (NASCIMENTO, 2007: 141-142). Para o escopo deste artigo, todavia, temos nos relatórios administrativos – uma boa parte já publicada em português – um conjunto importante de fontes. A partir dessas fontes, pudemos elaborar uma tabela sintética que traz estimativas numéricas da população aldeada e, frequentemente, dos contingentes de brasileiros presentes nas aldeias em idade e condições de atuar militarmente. Cabe ressaltar por hora que a própria existência destes levantamentos demonstra a importância que os aldeamentos tinham para a Companhia, ao quantificar a população total e em condições de servir militarmente das aldeias Nos anos de 1630, 1635, 1639, 1644 e 1645.

29

Tabela 1 – Amostragem do quantitativo de aldeias de brasileiros, sua população total e o número de homens em idade militar disponíveis para recrutamento pela WIC, por Capitania, para os anos de 1630, 1635, 1639 e 1645.

Ano	1630			1635			1639			1645		
Capitania	Ald.	Pop. [estimada]	Sold.*	Ald.	Pop.	Sold.	Ald.	Pop.	Sold.	Ald.	Pop.	Sold.
Rio Grande	5 a 6	3.000 a 3.200	750 a 800	6	1.500	-	5	-	223	4	-	-
Paraíba	2	1.200 a 1.400	300 a 350	6	1.500	800	7	-	620	6	-	-
Itamaracá	-	-	-	3	2.500	880	5	-	843	5	-	-
Pernambuco	11 a 12	800	200	3	2.400	770	4	-	237	-	-	-
Total	18 a 20	5000 a 5.400	1.250 a 1.350	18	7.900	2.450	21	6.000?	1.923	15	3.583	1.383

Fontes: Para o ano de 1630: (SCHALKWIJK, 2004: 210; VERDONCK In: MELLO, 2004a: 41, 44, 45). Para o ano de 1635: (SCHALKWIJK, 2004: 210). Para o ano de 1639: (DUSSEN In: MELLO, 2004a: 184-186, 217; MELLO, 2001: 227; SCHALKWIJK, 2004: 210). Finalmente, para o ano de 1645: (NASSAU-

SIEGEN apud SOUTO MAIOR, 1912: 62; NASSAU-SIEGEN, In: Documentos para a História do Brasil: 262; MELLO, 2001: 227; SCHALKWIJK, 2004: 210).

Algumas observações sobre a metodologia de obtenção e organização desses dados são necessárias antes de continuarmos, visto que esta não é a primeira vez que tais números são apresentados num trabalho historiográfico sobre os aldeamentos do Brasil Holandês. De fato, o formato e a organização de informações desta tabela foram largamente inspirados na tabela presente no livro de Leonard Frans Schalkwijk (SCHALKWIJK, 2004: 210). Dos dados presentes na Tabela acima para o ano de 1630, dispusemos da *Memória oferecida ao Conselho Político de Pernambuco por Adriaen Verdonck em 1630*. Apesar de indicar o número de aldeias e de “flecheiros” dispostos em cada Capitania¹⁹ o brabantino Verdonck não menciona a população total das aldeias. Deste modo, elaboramos uma estimativa populacional simples, que se baseia principalmente no relato de Adriaen van der Dussen, escrito no ano de 1639, e que informa a proporção de mulheres e crianças para homens nas aldeias como sendo de “no mínimo”²⁰ 3:1 (DUSSEN In: MELLO, 2004a: 184). Ainda sobre o ano de 1630, optamos por utilizar o termo “soldados” – à revelia da fonte, que se refere especificamente a “flecheiros” – com a intenção de homogeneizar a tabela e indicar especificamente homens em idade e condições de exercer atividade militar. Assim, exemplo prático da utilidade do uso do termo “soldados” está no ano de 1639. Na tabela elaborada por Frans Leonard Schalkwijk (SCHALKWIJK, 2004: 210), sobre a qual nos debruçamos inicialmente e de onde retiramos grande inspiração, o historiador e reverendo holandês menciona o contingente total de indígenas em idade militar para 1639 como sendo o de 1.923, obviamente inspirando-se na transcrição que José Antônio Gonsalves de Mello realizou do *relatório ao Conselho dos XIX*, que foi apresentada no início deste tópico. Todavia, uma consulta direta à fonte primária evidencia que o seu autor, Adriaen van der Dussen, definiu que este número representa o total de homens, velhos e meninos das aldeias, ou seja, indivíduos do sexo masculino de um modo geral. Para a quantidade, naturalmente

30

¹⁹ Com uma exceção: a Capitania de Itamaracá. Ao longo de toda a sua *Memória*, Verdonck não parece documentar propriamente a população indígena desta região; também não parece ter se confundido e inserido os números dos ameríndios da região de Itamaracá e Goiana na contagem de outras Capitânicas próximas, como Pernambuco e Paraíba. De fato a sua descrição da região que engloba “Ilha de Itamaracá – Goiana – Araripe” é, de modo geral, bastante tímida, se comparada às exposições que faz das demais Capitânicas. (VERDONCK In: MELLO, 2004a: 43).

²⁰ O historiador canadense John Hemming menciona uma proporção de 4:1, que não aplicamos aqui (HEMMING, 2007).

menor, de adultos em idade militar, Dussen estimou em algo perto dos 1.000 indivíduos²¹ (DUSSEN In: MELLO, 2004a: 184-186, 217).

Os números dispostos na Tabela anterior nos permitem dispor – ainda que considerando as diversas ressalvas apresentadas – de uma estimativa mínima do quantitativo de guerreiros aldeados aliados aos holandeses que eram passíveis de atuação militar. Ao compararmos os números dos pequenos censos da população aldeada expostos na Tabela 1 às estimativas realizadas pelo historiador Bruno Miranda para o número de tropas europeias estacionadas na Conquista entre os anos de 1630 e 1654 no seu trabalho sobre o cotidiano, origem e resistência dos soldados da WIC, podemos averiguar que, se completamente mobilizada, a população indígena dos aldeamentos que estava em idade e condições militares não era tão insignificante quanto previu inicialmente José Antônio Gonsalves de Mello, quando comparada ao número de soldados em serviço pela Companhia:

31

Tabela 2 – Amostragem do quantitativo anual de militares do exército a serviço da WIC no Brasil, entre os anos de 1630 e 1654.

Ano	Nº. de militares (mês)	Ano	Nº. de militares (mês)
1630	3.367 (fev.)	1642	4.405 (jul.)
1631	3.819 (out.)	1643	2.700 (s/mês)
1632	3.202 (nov.)	1644	2.750 (dez.)
1633	2.500 (jul.)	1645	2.017 (set. 1645/jan. 1646)
1634	3.360 (ago.)	1646	2.017 (set. 1645/jan. 1646)
1635	4.409 (s/mês)	1647	3.290 (s/mês)
1636	3.580 (jun.)	1648	5.955 (jun.)
1637	3.098 (jan.)	1649	3.611 (set.)
1638	2.728 (jul.)	1650	2.980 (fev.)
1639	3.730 (fev.)	1651	2.425 (jan.)
1640	6.019 (jul.)	1653	2.309 (jan.)
1641	5.395 (jul.)	1654	1.200 (jan.)

Fonte: (MIRANDA, 2011: 38).

Ou seja, se a totalidade dos indígenas das aldeias em condições de prestar serviço militar apontados na Tabela 1 chegou a atuar no campo de batalha, este contingente

²¹ Adriaen van der Dussen não é muito preciso, todavia. No mesmo documento o autor menciona o número 1.000 como sendo ora o mínimo de brasileiros que poderiam ser arregimentados (DUSSEN In: MELLO, 2004a: 186), ora como a melhor estimativa que a WIC poderia esperar (DUSSEN In: MELLO, 2004a: 217).

ameríndio poderia representar numericamente cerca de 50% a 25%²² do todo das tropas regulares da WIC estacionadas na Conquista, a depender do ano. Tendo em mente que os números apresentados na Tabela 1 são estimativas do total de indígenas em condições de servir militarmente à Companhia e que a documentação confirma o que já foi apontado pela historiografia acerca da função auxiliar e especializada em ações rápidas executadas pelos indígenas aldeados da WIC, além da impossibilidade de serviço contínuo ao longo do ano dos homens em idade militar devido às obrigações nas aldeias para com o plantio e a colheita de víveres (MONUMENTA HYGINIA, 21-10-1637, 16-04-1638, 13-04-1639, 10-10-1639, 12-10-1639, 18-10-1640, 27-11-1640), é seguro deduzir que a convocação pela Companhia do contingente aldeado disponível nas aldeias obedecia a dinâmicas sazonais. Contudo, não significa dizer que os aldeados não tenham sido empregados exaustivamente em ações militares ou que mesmo durante os períodos em que deveriam estar trabalhando nas aldeias, a Companhia não tenha tentado convocar as suas competências bélicas. Assim, a expedição empreendida pelo Governador-Geral João Maurício de Nassau-Siegen de ataque à Bahia, ao longo de junho de 1638, pode servir de estudo de caso, que demonstra a arregimentação massiva deste contingente militar auxiliar indígena nas Campanhas da Companhia.

32

A transcrição e tradução dos manuscritos originais em holandês de Atas Diárias que não estão inseridas no escopo do projeto Monumenta Hyginia permitem um vislumbre bastante preciso da mobilização militar indígena e do seu emprego sazonal. Entre os dias 5 e 9 junho de 1638, após as ações militares no Recôncavo, a Companhia tomou ações visando o pagamento de 862 soldados brasileiros aldeados que serviram militarmente na Campanha. Estas ordens de pagamento dão diversas pistas sobre a relação da Companhia com os aldeados. Os indígenas aparecem organizados dentro da hierarquia militar da WIC, mas ao mesmo tempo trazem mulheres e crianças consigo, que receberam, assim como os homens adultos, ração dos armazéns da Companhia. As ordens de pagamento foram registradas nas Atas Diárias, mas não foram traduzidas pelo projeto Monumenta Hyginia, mantendo inacessível o seu conteúdo para boa parte dos estudos sobre Os Índios na História. Em 5 de junho de 1638 se ordenou o pagamento de 2 meses de soldo “a cada um dos 150 oficiais e soldados brasileiros (...) que eles ganharam nessa

²² Considerando o número mínimo de 1.000 “soldados” indígenas das aldeias para o ano de 1639, conforme apontou Adriaen van der Dussen. (DUSSEN IN: MELLO, 2004a: 186).

viagem à Bahia”, a 7 do mesmo mês também foi ordenado o pagamento de 2 meses de soldo “a oito tropas de brasileiros fazendo um total de 423, tanto soldados quanto oficiais”, a 8 de junho, se pagou “dois meses de salário a 239 brasileiros (...) que estiveram na expedição da Bahia”, finalmente, a 9 de junho, “foi ordenado aos tesoureiros pagarem 2 meses de salário a 50 brasileiros, tanto oficiais quanto soldados, que estiveram na expedição” (NEDERLAND NATIONAAL ARCHIEF, OWIC, 05-06-1638, 07-06-1638, 08-06-1638 e 09-06-1638)²⁴. Outro indicativo de que a mobilização de brasileiros para a campanha da Bahia foi intensa – dispondo de praticamente todos os homens em idade militar apontados na estimativa fornecida por Adriaen van der Dussen – está mencionado na Ata Diária de 2 de junho de 1638. Nela, um predicante calvinista advoga a fusão de 3 aldeias de Itamaracá, que estariam pouco povoadas. Contudo, a decisão foi protelada pelo Conselho, visto que além da ausência do Governador Geral, João Maurício, e do Diretor Delegado Johan Ghijselin, a maioria dos brasileiros ainda não havia retornado da Campanha, sendo considerado que dever-se-ia esperar “os brasileiros que estão em missões voltarem para suas aldeias, para que isto seja decidido com o consentimento geral” (MONUMENTA HYGINIA, 02-06-1638), implicando ser considerável o número de auxiliares indígenas das aldeias arregimentados naquele momento.

33

Assim, à medida que mais fontes e documentações tornam à superfície, os historiadores poderão ter um quadro mínimo do contingente de brasileiros empregado pela Companhia ao longo dos anos, já que também existem indícios da utilização de indígenas das aldeias como tropa de linha disciplinada, armada com mosquetes e espingardas (DUSSEN In: MELLO, 2004a: 184; WAGENER, 1964: 321), o que amplia ainda mais o leque de atuações e empregos militares, e, conseqüentemente, a importância militar e política destes aliados²⁵.

²⁴ Todas Atas Diárias do Alto e Secreto Conselho que foram consultadas a partir do Arquivo Nacional de Haia, no seu formato original – *i. e.*: manuscritas e em holandês antigo – tem o mérito da transcrição e tradução integralmente atribuído ao Orientador deste Trabalho de Conclusão de Curso. As *Dagelijkse Notulen* correspondem aos números de inventário 68, 69 e 70 das *Notulen van Hoge en Secrete Raden van Brazilië, Gouverneur en Raden van Brazilië en de Hoge Regering van Brazilië* no fundo da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, conforme apontaram Bruno Miranda e Lucia Xavier (XAVIER e MIRANDA, 2011: 265).

²⁵ Em artigo, Ronald Raminelli evidencia bem até onde poderiam chegar os líderes indígenas que soubessem se aproveitar de tais condições para ampliar sua influência. Raminelli relembra que Pedro Poti e Antônio Paraupaba, indígenas que foram levados aos Países Baixos em 1625, ao retornarem ao Brasil,

ALDEAMENTOS COMO FORMA DE CONTROLE COTIDIANO DO TERRITÓRIO

Por último, a localização dos aldeamentos de brasileiros também parece ter sido ponto importante para a defesa do Brasil Holandês. A noção de que os aldeamentos brasileiros também ocupavam função militar como forma de controle territorial já apareceu implicitamente quando trouxemos o relatório de 1646 do Alto Conselho, onde se ordena ao Comandante dos brasileiros, João Listry, que mantivesse os brasileiros armados e em estado de prontidão, “em suas aldeias” (MELLO, 2004b: 244). Essa associação aparece mais claramente em Relatório *Sobre a situação das Alagoas em outubro de 1643*, produzido pelo Diretor do Distrito das Alagoas, Porto Calvo e São Francisco, Hendrick de Moucheron e o assessor do Alto e Secreto Conselho, Johannes van Walbeek. Neste documento, os autores defendem a realocação de uma aldeia de brasileiros para a região de Santo Amaro, pois conviria muito “que, para tranqüilidade e segurança dos moradores das Alagoas contra os negros dos Palmares, Santo Amaro fosse de novo habitado pelos índios (pois Santo Amaro fica justamente na passagem)”. (WALBEECK e MOUCHERON In MELLO, 2004b: 130). De fato, Moucheron e Walbeek não estavam argumentando o posicionamento fixo de um contingente de brasileiros para fazer frente às incursões de saqueadores a partir do vazio. O problema dos ataques irregulares de salteadores e campanhistas e a solução proposta de emprego da mão de obra militar brasileira antecede em muitos anos o registro destes oficiais. Já na Ata Diária de 26 de fevereiro de 1638, os moradores de Alagoas: “se queixavam dos negros do bosque (...) Eles requeriam a assistência dos brasileiros e armas para perseguir os negros” (MONUMENTA HYGINIA, 26-02-1638). João Maurício de Nassau-Siegen também atentou para a importância dos brasileiros dos aldeamentos como combatentes

34

ocupavam inicialmente a mera posição de tradutores e mediadores entre os grupos ameríndios e oficiais da Companhia. Contudo, em meados da década de 1640, Poti e Paraupaba acumulavam cargos pagos e detinham alguma autoridade administrativa direta junto à população das aldeias, pleiteada diretamente com o Conselho dos XIX, nos Países Baixos (RAMINELLI In: OLIVEIRA, 2011: 55-56). Ainda, para Raminelli: “as táticas de defesa da nação potiguar encontravam-se pormenorizadas nos dois manifestos de Antônio Paraupaba” (RAMINELLI In: OLIVEIRA, 2011: 56). Complementarmente, em suas notas à tradução que fez dos dois manifestos referenciados por Raminelli, Lodewijk Hulsman também evidencia o processo de construção da influência das lideranças indígenas dentro da administração e da burocracia da Companhia. Ainda, Hulsman não deixa de apontar que a construção dessa influência muitas vezes enfrentou oposição e críticas por parte do Conselho e de oficiais da Companhia no Brasil, mas que sempre esteve fundada na capacidade militar dos aliados ameríndios da WIC (HULSMAN, 2006: 52-64). Maria Regina Celestino de Almeida também discute o grau de relação entre as lideranças indígenas, seus aliados europeus e os membros dos aldeamentos coloniais (ALMEIDA, 2013a: 111-113).

contra escaramuçadores e tropas leves, e afirmou no seu já mencionado relatório de 20 de setembro de 1644 que: “Nossas Altas Potencias poderão tirar grande partido d’elles em tempo de guerra, pôr em campo cêrca de 1.200 homens, e desembaraçar o paiz de salteadores, incendiarios e outra canalha semelhante” (NASSAU-SIEGEN, 1644: 262).

Para conectar estes relatos, que expressam demandas por defesa interna, à localização geográfica mesmo dos aldeamentos, podemos contar com o georreferenciamento realizado por Levy Pereira do mapa publicado por Joan Blaeu em 1647, e de autoria de George Marcgrave e Frans Post, *Brasilia Qua Parte Paret Belgis*. Assim, várias das aldeias de indígenas brasileiros nas capitanias da Paraíba, Rio Grande e Itamaracá podem ter suas localizações exatas e/ou aproximadas, comparadas a outras estruturas e instalações de importância política e econômica para a Conquista. Em algumas áreas, a localização estratégica dos aldeamentos coloniais para fins de defesa é evidente. Na região ao redor de Goiana – localidade que concentrava um número significativo de aldeias e guerreiros indígenas nos anos de 1635 e 1639, conforme expresso na Tabela 1 – é perceptível a organização das aldeias de brasileiros em formato de semicírculo na região. Não apenas a vila de Goiana, cabeça da Capitania de Itamaracá, desfrutaria da proteção de tal esquema defensivo e de antecipação de ataques vindos do interior, mas também boa parte dos engenhos da região, conforme está exposto abaixo na Imagem 3. Ainda, no Atlas publicado por Johan Vingboons em 1660 – e que provavelmente se baseia em matrizes que datam entre 1639 e 1640 (PEREIRA, “(IAHGP-Vingboons, 1640)”), (PEREIRA, “(BAV-Vingboons, 1640)”) ²⁶ – podemos perceber na prancha *Carta Marítima correta da costa e vista geral das Capitanias do Brasil* uma disposição de aldeamentos brasileiros em formato similar de arco voltado para o interior, desde o norte da Capitania de Pernambuco até o sul da Capitania da Paraíba, conforme está exposto abaixo na Imagem 1:

35

²⁶ Segundo Levy Pereira, no seu breve verbete *online* sobre o Atlas editado por Vingboons, a autoria dessas matrizes da década de 1640 é conflituosa e opõe a hipótese da autoria de George Marcgrave, argumento levantado ainda no século XIX por José Hygino Pereira, à hipótese da autoria por Cornelis Golijath, apontado por José Antônio Gonsalves de Mello como verdadeiro autor das matrizes dos mapas editados por Vingboons (PEREIRA, “(IAHGP-Vingboons, 1640)”).

Imagem 1 – Detalhe da *Carta Marítima correta da costa e vista geral das Capitanias do Brasil*, editado por Joan Vingboons em 1660. Em evidência, o norte da Capitania de Pernambuco, a capitania de Itamaracá e o Sul da Capitania da Paraíba. Podemos identificar – da esquerda para a direita na imagem, isto é, do sul geográfico para o norte – as seguintes aldeias indígenas: São Miguel[*sic*]²⁷, Tapissurana[*sic*]²⁸, Tapessurama[*sic*]²⁹ e Mauritia[*sic*]³⁰.

Fonte: (VINGBOONS, 1660).



36

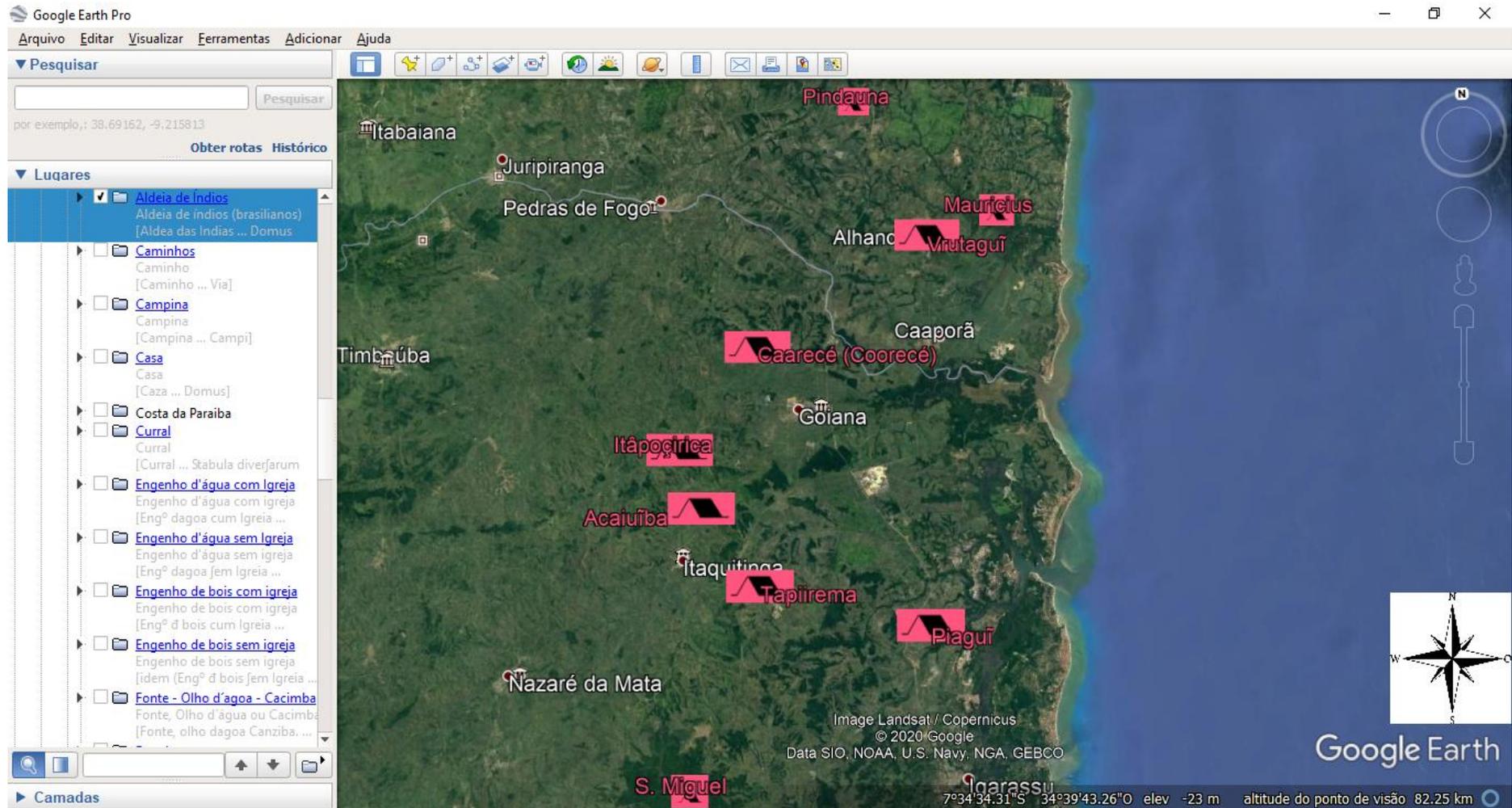
²⁷ Situada na Capitania de Pernambuco (MONUMENTA HYGINIA, 24-11-1638), (DUSSEN IN: MELLO, 2004b: 140). Ao contrário da maioria dos registros existentes sobre os aldeamentos indígenas no Brasil Holandês, as referências à aldeia de São Miguel variam pouco na documentação. Levy Pereira a referencia como “S. Miguel” (PEREIRA, 2010). A mesma aparece nas Atas Diárias como “Sint Michiel”, “St Miguel”, “São Miguel”, “St. Michiel” e “São Michel”. (MONUMENTA HYGINIA, 17-08-1637, 24-11-1638, 03-12-1639, 09-10-1640 e 02-02-1644), (DAGELIJKSE NOTULEN, 17-08-1637).

²⁸ Apesar da similaridade do seu topônimo em relação ao da aldeia “Tapessurama”, a sua posição mais ao sul demonstra ser indubitável tratar-se da aldeia que Levy Pereira opta por nomear “Tapiirema” (PEREIRA, 2010). Seu nome varia com frequência nas Atas Diárias, e aparece ali como “Tabucarama”, “Tapucarama”, “Tabusserama”, “Rabucurama”, (MONUMENTA HYGINIA, 03-01-1636, 17-01-1636, 20-01-1636, 21-10-1637 e 27-11-1640)

²⁹ Dado a sua posição mais próxima da vila de Goiana que a anteriormente mencionada aldeia de “Tapissurana”, podemos afirmar que esta é a aldeia que Levy Pereira chama por “Itâpoçirica” (PEREIRA, 2010). Aparece nas Atas Diárias como “Tapiserica”, “Tapicerica”, “Tapisserica” e “Tapissfírica” (MONUMENTA HYGINIA, 14-01-1638, 28-11-1639, 13-02-1641 e 05-06-1641)

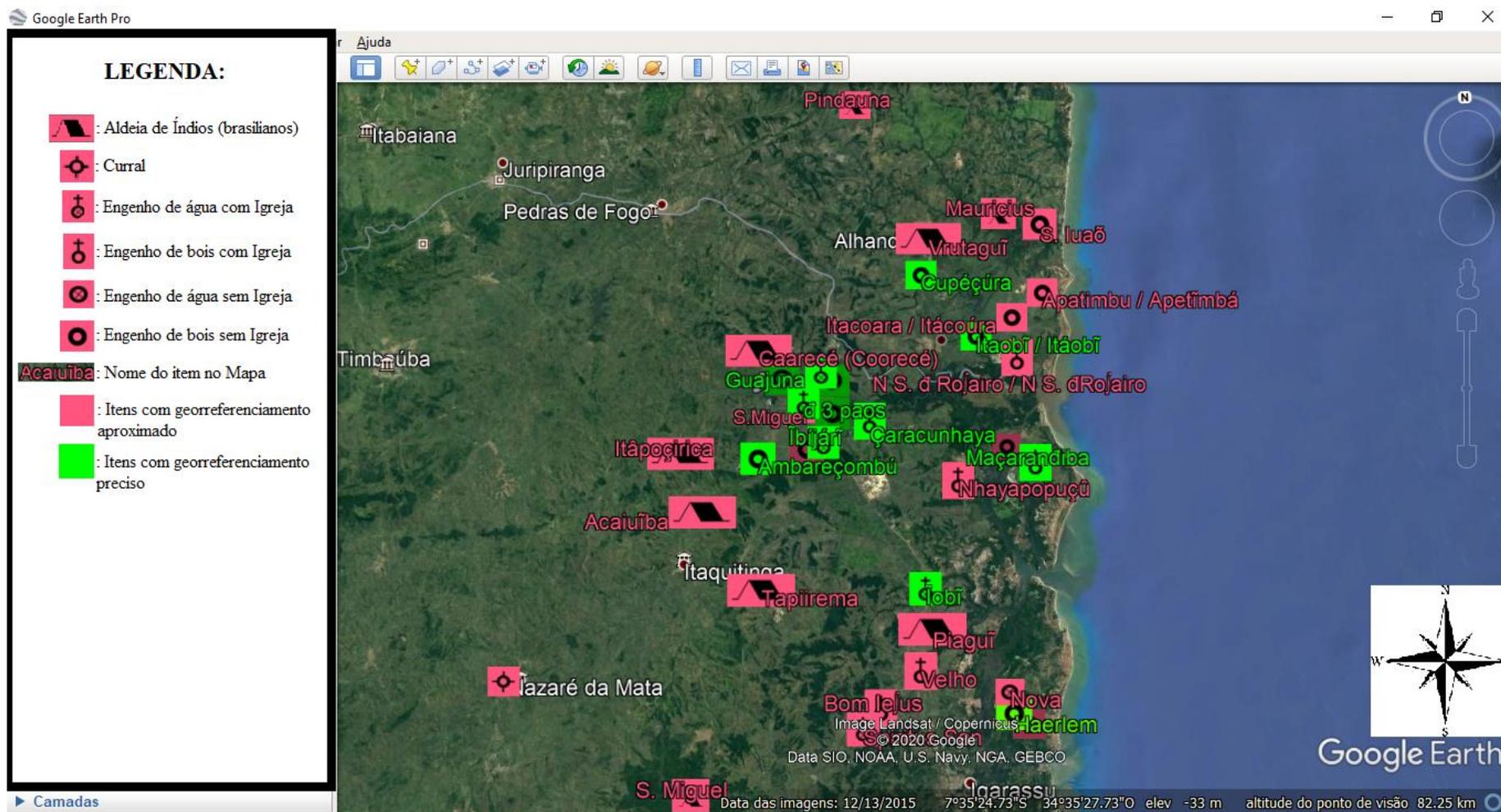
³⁰ Situada na Capitania da Paraíba. Assim como a aldeia de São Miguel, seu topônimo varia pouquíssimo nas fontes do período, o que a torna de fácil identificação. Levy Pereira usa o termo “Mauricius” (PEREIRA, 2010). Aparece nas Atas Diárias como “Mauritia” (04-06-1641).

Imagem 2 – Aldeamentos dispostos em semicírculo no entorno de Goiana, na Capitania de Itamaracá. Todas as localizações georreferenciadas são aproximadas.



Fontes: (PEREIRA, 2010) e (PEREIRA, 13/4/2013). Com intervenções do autor.

Imagem 3 – Entorno de Goiana, na Capitania de Itamaracá. Nota-se a concentração de engenhos e currais nos arrabaldes de Goiana, especialmente ao longo dos rios Tracunhaém e Capibaribe-mirim, e a localização desta concentração no interior do semicírculo de aldeias apresentado acima.



Fontes: (PEREIRA, 2010) e (PEREIRA, 13/4/2013). Com intervenções do autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo pretende ser um primeiro passo. Se espera ter apontado neste texto as potencialidades que a intersecção entre a perspectiva teórico-metodológica d'Os Índios na História, associada à consolidada historiografia do Brasil Holandês e às ricas fontes burocráticas da WIC, apresentam para o conhecimento da presença indígena como elemento marcial importante durante o período de ocupação do Brasil pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais.

Esta conclusão foi embasada no desenvolvimento dos tópicos que trataram pontualmente sobre: a transformação progressiva na historiografia, inclusive da que trata sobre o Brasil Holandês, que passou a dar mais atenção à presença do elemento indígena nos processos históricos; da presença abundante de registros que apontam a preponderância com que os brasileiros estiveram inseridos nas atividades militares do período; da natureza muitas vezes especializada, e portanto qualitativamente estratégica, do emprego de contingentes de indígenas aldeados como tropa rápida, que em vários casos produziu cenários de presença hegemônica dos brasileiros em alguns contingentes da WIC; da proporção não desprezível de soldados *brasilianen* em comparação com as tropas regulares postas em campo pela Companhia Holandesa no Brasil, podendo a quantidade máxima de recrutas aldeados girar entre 50% a 25% dos números totais de soldados para todo o Brasil Holandês; de como, ao menos em alguns momentos, a exemplo da investida neerlandesa contra o centro administrativa da América Portuguesa em Salvador, a WIC de fato empregou quantidades muito próximas do limite máximo de guerreiros brasileiros que estimou poder recrutar, diligência que demonstra novamente a importância dessa tropa ameríndia no contexto; de como o próprio padrão de dispersão geográfica dos aldeamentos de brasileiros poderia servir a funções militares de controle cotidiano do território contra salteadores e campanhistas luso-brasileiros; de como os indígenas perceberam sua importância militar e ocasionalmente podiam fazer uso dessa constatação para negociar com seus aliados neerlandeses e agir com algum protagonismo em direção à manutenção de seus interesses próprios.

Cada um desses tópicos é bastante amplo. A historiografia e o conjunto de fontes para o Brasil Holandês é volumoso, e mesmo que não tenhamos atacado o tópico em sua totalidade, as evidências aqui apresentadas parecem ser bastante conclusivas na direção de apontar tanto para uma interpretação que confirme a essencialidade das atividades militares de indígenas Tupi aldeados, ou *brasilianen*, no Brasil Holandês, quanto da exequibilidade deste tipo de abordagem enquanto pesquisa histórica consistente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Secundárias

ALBUQUERQUE, Roberto Chacon. *A Revolução Holandesa: origens e projeção oceânica*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios Aldeados no Rio Janeiro Colonial: Novos Súditos Cristãos do Império Português*. Tese de Doutorado—[Campinas] Universidade Estadual de Campinas, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. – 2ª Edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013a.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. John Manuel Monteiro (1956-2013): um legado inestimável para a Historiografia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, nº 65, 2013b, p. 399-403.

BARROS, José D'Assunção. Sobre a noção de Campo Histórico. *História e-História*, UNICAMP, 2010. Disponível em: <
https://www.academia.edu/10912780/Sobre_a_no%C3%A7%C3%A3o_de_Campo_Hist%C3%B3rico> . Acesso em: 12 dez. 2019

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História Vol.1*. Petrópolis: Vozes, 2011.

BOOGAART, E. VAN DEN. Infernal Allies: The Dutch West India Company and the Tarairiu, 1631-1654. In: ALMEIDA, L. S. DE; GALINDO, M.; ELIAS, J. L. (Org.). *Índios do Nordeste: Temas e Problemas 2*. Maceió: EDUFAL, 2000. p. 101–128.

BOXER, Charles. *Os Holandeses no Brasil (1624-1654)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

CASTRO E SILVA, Marcos Araújo; NUNES, Kelly; LEMES, Renan Barbosa; et al. Genomic insight into the origins and dispersal of the Brazilian coastal natives. *Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS)*, v. 117, n. 5, p. 2372–2377, 2020.

ELIAS, Juliana Lopes. *Militarização indígena na capitania de Pernambuco no século XVII: caso Camarão*. Recife: TESE (Doutorado em História – UFPE). Orientadora: Profª. Drª Tânia Maria Pires Brandão, 2005.

FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2ª Edição, 1970.

GALINDO, Marcos. A submergência Tapuia. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.) *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. pp. 167-215.

HEMMING, John. *Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians*. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

HEMMING, John. *Ouro Vermelho: A conquista dos índios brasileiros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

HULSMAN, Lodewijk. Índios do Brasil na República dos Países Baixos: As representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656. *Revista de História*, v. 154, n. 1, p. 37–69, 2006. .

LOUREIRO, Marcello; MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. A nova história militar e a América portuguesa: balanço historiográfico. In: POSSAMAI, Paulo. (Org.) *Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012. pp. 13-32.

MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias. A Guerra Defensiva na Capitania da Bahia (1625-1654). *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Nº 69, 2016. pp.87- 161.

MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Muros do Recôncavo: A capital da América Portuguesa transferida para aldeamentos Jesuíticos (1624-1625). *Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica*, Nº 25-2, 2007.

41

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Editora 34, 1ª Edição, 2007.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1947.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *D. Antônio Felipe Camarão: Capitão-Mor dos índios da costa do Nordeste do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1ª Edição, 1954.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultural do norte do Brasil*. 2. ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, 1979. (Coleção Pernambucana, 15).

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. – 4ª Edição – Recife: Topbooks, 2001.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. [Notas]. Em: MELLO, José Antônio Gonsalves de (Org.). *Fontes para a História do Brasil Holandês: a administração da conquista*. 2. ed. Recife: CEPE, 2004. v. 2. p. 51–52.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de Guerra: Origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Leiden: Tese de doutorado da Universidade de Leiden, 2011.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, A. L. DA; GRUPIONI, L. D. B. (Org.). *A Temática Indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º Graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 221–236.

MONTEIRO, John Manuel. Prefácio. In: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. – 2ª Edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. pp. 15-18.

NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier. A Flecha e o Mosquete: Índios e Batavos no Brasil Holandês. *Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica*, Nº 25-2, 2007. pp. 130-149.

NEME, Mário. *Fórmulas Políticas no Brasil Holandês*. São Paulo: Difusão Européia do Livro/Editôra da Universidade de São Paulo, 1971.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Apresentação. Em: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. p. 9–18.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PEREIRA, Levy. Georreferenciamento do mapa do Brasil Holandês de George Marcgrave, o BRASILIA QUA PARTE PARET BELGIS. In: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa, 2010. Disponível em: <http://lhs.unb.br/atlas/Levy_Pereira> . Acesso em: 12 dez. 2018.

PEREIRA, Levy. Inventário dos entes georreferenciados do mapa Brasília Qua Parte Paret Belgis de Georg Marcgrave, no arquivo BQPPB v1.0.kml do Google Earth, 13/4/2013. Disponível em: <http://lhs.unb.br/atlas/Invent%C3%A1rio_de_entes_georreferenciados_do_mapa_Brasilia_a_Qua_Parte_Paret_Belgis_de_Georg_Marcgrave>. Acesso em: 20 dez. 2018

PEREIRA, Levy. "Tapiirema (aldeia de índios)". In: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: <[http://lhs.unb.br/atlas/Tapiirema_\(aldeia_de_%C3%ADndios\)](http://lhs.unb.br/atlas/Tapiirema_(aldeia_de_%C3%ADndios))>. Acesso em: 5 out. 2019.

PEREIRA, Levy. "S. Miguel (aldeia de índios)". In: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: <[http://lhs.unb.br/atlas/S._Miguel_\(Aldeia_de_%C3%ADndios\)](http://lhs.unb.br/atlas/S._Miguel_(Aldeia_de_%C3%ADndios))>. Acesso em: 12 out. 2019.

PEREIRA, Levy. "Itapoçirica (aldeia)". In: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: <[http://lhs.unb.br/atlas/It%C3%A2po%C3%A7irica_\(aldeia\)](http://lhs.unb.br/atlas/It%C3%A2po%C3%A7irica_(aldeia))>. Acesso em: 6 out. 2019.

PEREIRA, Levy. "(IAHGP-Vingboons, 1640)". In: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: <[http://lhs.unb.br/atlas/\(IAHGP-Vingboons,_1640\)](http://lhs.unb.br/atlas/(IAHGP-Vingboons,_1640))>. Acesso em: 20 jul. 2019.

PEREIRA, Levy. "(BAV-Vingboons, 1640)". In: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: <[http://lhs.unb.br/atlas/\(BAV-Vingboons,_1640\)](http://lhs.unb.br/atlas/(BAV-Vingboons,_1640))>. Acesso em: 20 jul. 2019.

POSSAMAI, Paulo. (Org.) *Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

PUNTONI, Pedro. Arte da guerra no Brasil. Tecnologia e estratégia militar na expansão da fronteira da América Portuguesa. 1550-1700. *Novos Estudos*, N°53, março de 1999. pp. 189-204.

RAMINELLI, Ronald J. Nobreza indígena – os chefes potiguares, 1633-1695. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.) *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. pp. 47-67.

RAMINELLI, Ronald J. John Manuel Monteiro (1956-2013). *TRASHUMANTE / Revista Americana de Historial Social*, N° 2, 2013, pp. 177-180.

RODRIGUES, José Honório. Nota Introdutória – O Cronista Pierre Moreau. In: BARO, Roloux; MOREAU, Pierre; MORISOT, Claude. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e relação da viagem ao país dos tapuias*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979. pp. 7-11.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

SOUTO MAIOR, Pedro. Uma assembléia de índios em Pernambuco em 1645. *Revista do Instituto, Archeológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Vol.15, 1912. pp. 61-65.

VIEIRA, Geyza Kelly Alves. Entre perdas, feitos e barganhas: a elite indígena na capitania de Pernambuco, 1669-1732. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.) *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. pp. 69-90.

VAINFAS, Ronaldo. O Plano para o Bom Governo dos Índios: Um Jesuíta a serviço da evangelização calvinista no Brasil Holandês. *Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica* – Nº 27-2, 2009. pp. 145-162.

WIKIMEDIA COMMONS. *CompassRose16 N.png*. <
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:CompassRose16_N.png> Acesso em: 24 fev. 2020.

43

Fontes Primárias

BARO, Roloux; MOREAU, Pierre; MORISOT, Claude. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e relação da viagem ao país dos tapuias*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

DE LAET, Johannes. *Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes desde o seu começo até o fim do anno de 1636 por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia*. Tradução dos Drs. José Higino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior – Livros XI-XIII. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. 41-42, 1925. pp. 1-222.

DUSSEN, Adriaen van der. Relatório sobre o Estado das Capitánias conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640. In: *Fontes para a História do Brasil Holandês: a economia açucareira. Vol.1*. [Textos editados por] José Antônio Gonsalves de Mello; organização e estudo introdutório: Leonardo Dantas Silva; apresentação: Dorany Sampaio – 2ª Edição – Recife: CEPE, 2004a. p. 137–232.

Fontes para a História do Brasil Holandês: a economia açucareira. Vol.1. [Textos editados por] José Antônio Gonsalves de Mello; organização e estudo introdutório: Leonardo Dantas Silva; apresentação: Dorany Sampaio – 2ª Edição – Recife: CEPE, 2004a.

Fontes para a História do Brasil Holandês: a administração da conquista. Vol.2. [Textos editados por] José Antônio Gonsalves de Mello; organização e estudo introdutório: Leonardo Dantas Silva; apresentação: Dorany Sampaio – 2ª Edição – Recife: CEPE, 2004b.

Monumenta Hyginia – Dagelijkse Notulen. Marcos Galindo (Coord.); leitura paleográfica: Lodewijk Hulsman; tradução: Pablo Marcyll Bruijns Gallindo, Ann Blokand e Judith de Jong. - Recife: IAHGP/UFPE, 2005. Anos de 1635 e 1636.

Monumenta Hyginia – Dagelijkse Notulen. Marcos Galindo (Coord.). Tradução de P. B. Galindo; A. Blokland; J. Jong. Recife: Líber/UFPE. Anos de 1635, 1636, 1637, 1638, 1639, 1640, 1641 e 1644. Disponível em: < <http://www.liber.ufpe.br/hyginia/>>. Último acesso em 12/01/2019, às 14:30.

MOREAU, Pierre; BARO, Roloux; MORISOT, Claude. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e relação da viagem ao país dos tapuias*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

NASSAU-SIEGEN, Johan Maurits von. Relatório do Conde Maurício de Nassau, Governador do Brasil, desde 1636 até 1644, entregue aos Estados Gerais a 27 de Setembro de 1644, e lido na mesma data. In: *Documentos para a História do Brasil, colhidos na Holanda pelo encarregado dos negócios, Joaquim Caetano da Silva, ofícios do Conde Maurício de Nassau*. Tomo II. Tradução: Luiz de Queiroz Mattoso Maia. Biblioteca Nacional, seção de Manuscritos. pp. 225-262.

Nederland Nationaal Archief, Oude West Indische Compagnie (Oude WIC), 1.05.01.01, inv. nr. 68. *Notulen van Hoge en Secrete Raden van Brazilië, Gouverneur en Raden van Brazilië en de Hoge Regering van Brazilië*: 17-08-1637, 05-06-1638, 07-06-1638, 08-06-1638, 09-06-1638.

SOUTO MAIOR, Pedro. Uma assembléia de índios em Pernambuco em 1645. *Revista do Instituto, Archeológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Vol.15, 1912. pp. 65-77.

44

VINGBOONS, Joan. *Carta Marítima correta da costa e vista geral das Capitanias do Brasil*. Papel aquarelado 47,8 x 69 cm. c. 1660. Acervo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/atlas/img/inconografia/08.jpg>> Último acesso em 03/12/2019, às 02:33.

WALBEECK, Johannes van; MOUCHERON, Hendrick de. Relatório sobre a situação das Alagoas em outubro de 1643; apresentado pelo assessor Johannes van Walbeeck e por Hendrick de Moucheron, diretor do mesmo distrito e dos distritos vizinhos, em desempenho do encargo que lhes foi dado por sua Ex.^a e pelos nobres membros do Alto Conselho. In: *Fontes para a História do Brasil Holandês: a administração da conquista. Vol.2*. [Textos editados por] José Antônio Gonsalves de Mello; organização e estudo introdutório: Leonardo Dantas Silva; apresentação: Dorany Sampaio – 2ª Edição – Recife: CEPE, 2004b. p. 123–139.

WAGENER, Zacharias. *Zoobiblion: Livro de animais do Brasil*. (Brasiliensia Documenta V. 4). São Paulo, 1964.

WAGNER, Zacharias. *O Thierbuch e a autobiografia de Zacharias Wagener*. (Coleção Brasil Holandês) Rio de Janeiro: Index, 1997.

XAVIER, Lucia Furquim Werneck; MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. Dagelijkse notulen/Atas diárias. In: WIESEBRON, Marianne. L. (Ed.). *Brazilië in de Nederlandse archieven (1624–1654): Oude West Indische Compagnie: correspondentie van de Heren XIX en Notulen van de Hoge en Secrete Raad van Brazilië/O Brasil em arquivos neerlandeses (1624–1654): Companhia das Índias Ocidentais velha: Cartas enviadas pelos Diretores XIX Atas diárias do Alto e Secreto Conselho do Brasil*. Serie Mauritiana. Leiden: Leiden University Press, 2011. v. 4. p. 264–607.

Revista Clio Arqueológica – Normas Editoriais¹:

A CLIO Arqueológica publica dois números por ano e recebe textos em fluxo contínuo. São publicados textos nos seguintes formatos:

- Artigos,
- Entrevistas,
- Relatórios técnicos de pesquisas,
- Resenhas de livros,
- Álbuns,
- Resumos de dissertações e teses.

Baixe [AQUI²](#) o arquivo do WORD com formatação para artigo

A redação dos textos pode ser em português, inglês, francês ou espanhol. Textos que fogem das normas serão devolvidos aos autores para correção. Todos os textos serão avaliados por dois pareceristas do conselho científico. Os textos deverão ser elaborados de acordo com as normas a seguirem e enviados para o e-mail: clioarqueologica@ufpe.br

45

FORMATAÇÃO GERAL DOS TEXTOS

Os textos devem ser elaborados em programa similar ao Word for Windows (gravados em formato *.doc ou *.docx):

- Título em Fonte Times New Roman, negrito, tamanho 14, centralizado,
- Nome dos autores em Fonte Times New Roman, tamanho 12, negrito, com indicação de apenas 1 instituição, departamento ou empresa de vínculo empregatício SEM TITULAÇÃO,
- E-mail dos autores,
- Resumo com no máximo 100 palavras,
- Três Palavras chaves,
- Três keywords,
- Abstract com no máximo 100 palavras,
- Texto corrido: Fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado,
- Espaço simples,
- Tamanho personalizado de folha (20 cm de largura x 23 cm de altura),
- Margem superior 1,5, margem inferior 2,5, margem direita 3,0, margem esquerda, 3,0
- Parágrafos justificados,
- Evite o uso de ferramentas de autoformatação. Figuras e demais ilustrações, centralizadas, necessitam de numeração contínua (1, 2, 3...) e texto explicativo (legenda).

¹ **Nota do autor:** Informações retiradas do site da Revista Clio Arqueológica, Aba de “Normas Editoriais”. Consulta em 10/07/2019, disponível no endereço: https://www3.ufpe.br/clioarq/index.php?option=com_content&view=article&id=54&Itemid=122.

² **Nota do autor:** A interação com este hiperlink endereça o usuário ao modelo em formato .doc que foi utilizado para a formatação deste Trabalho de Conclusão de Curso e pode ser encontrado no domínio: <https://www3.ufpe.br/clioarq/images/documentos/modeloclio.doc>. Consulta em 10/07/2019.

FORMATAÇÃO GERAL DAS IMAGENS

Ao enviar um texto com imagens devem-se evitar textos e palavras inseridas nas próprias imagens. Os textos explicativos deverão constar nas respectivas legendas de cada imagem.

As imagens deverão ser inseridas no texto submetido para análise e enviadas em separado, de preferência nos formatos jpg ou tiff.

Os trabalhos que utilizarem ilustrações, gráficos e demais auxílios visuais não devem ultrapassar cinco (5) imagens. Casos excepcionais precisarão de avaliação pelo Conselho Científico. As figuras devem ter uma resolução de 600dpi (mínimo), tamanho adequado para visualização fácil. As legendas deverão seguir os modelos (exemplos):

46

Figura 1: Registro rupestre localizado no Sítio do Boqueirão.

Figura 2: Mapa com altimetria e geofenciamento das sondagens A1, A2 e A3.

TIPOS DE TEXTOS

1) **ARTIGOS:** Consideram-se artigos os textos originais trazendo resultados de pesquisas, informados por conceitos teóricos e metodológicos atuais na Arqueologia e nas áreas afins. Alternativamente, os artigos podem ser abordagens críticas e refletivas acerca de problemas teóricos e metodológicos em geral, juntando fontes clássicas e atuais.

Extensão: 10.000 palavras ao máximo (exceções avaliadas pela comissão editorial)

Estrutura:

- Título,
- Autor(es) apenas os nomes por extenso e sem abreviação,
- E-mail dos autores,
- Indicação de apenas 1 instituição, departamento ou empresa de vínculo empregatício SEM TITULAÇÃO e como nota de rodapé,
- Resumo com no máximo 100 palavras,
- Três Palavras chaves,
- Três keyword
- Abstract com no máximo 100 palavras,
- Notas deverão ser de pé de página,
- Referência bibliográfica completa ao final.

2) **RELATÓRIOS TÉCNICOS DE PESQUISA:** Essa seção traz textos de estudos técnicos e pesquisas em andamento, divulgando resultados e reflexões preliminares.

Extensão: 5.000 a 7.500 palavras

Estrutura:

- Título,
- Autor(es) apenas os nomes por extenso e sem abreviação,
- E-mail dos autores,
- Indicação de apenas 1 instituição, departamento ou empresa de vínculo empregatício SEM TITULAÇÃO e como nota de rodapé,
- Resumo com no máximo 100 palavras,
- Três Palavras chaves,
- Três keywords,
- Abstract com no máximo 100 palavras,
- Notas deverão ser de pé de página,
- Referência bibliográfica completa ao final.

3) DISSERTAÇÕES E TESES: Resumos expandidos de trabalhos de conclusão nos níveis de mestrado, doutorado e, excepcionalmente, graduação.

As referências bibliográficas devem se restringir apenas àquelas empregadas no resumo, e não todas contidas no trabalho de conclusão original.

47

Extensão: 1.250 a 2.500 palavras.

Estrutura:

- Título,
- Autor(es) apenas os nomes por extenso e sem abreviação,
- E-mail dos autores,
- Indicação de apenas 1 instituição, departamento ou empresa de vínculo empregatício SEM TITULAÇÃO e como nota de rodapé,
- Resumo com no máximo 100 palavras,
- Três Palavras chaves,
- Três keywords,
- Abstract com no máximo 100 palavras,
- Notas deverão ser de pé de página,
- Referência bibliográfica completa ao final.

4) RESENHAS DE LIVROS: Ensaio crítico de livro, exposição ou evento sobre tema de interesse para a Arqueologia. Alternativamente, uma resenha pode comparar dois ou mais livros.

Extensão: 500 a 1.250 palavras. Resenhas elaboradas como ensaios comparativos entre diversas obras deverão obedecer ao limite de 3.000 palavras.

Estrutura: Referência bibliográfica do livro (inclusive imagem da capa), corpo da resenha, nome do autor da resenha seguido pela afiliação institucional principal. As resenhas devem ser elaboradas sem uso de imagens e evitando ao máximo possível o uso de referências adicionais.

5) ENTREVISTAS: Desde 2014 são publicadas entrevistas com profissionais que apóiam pesquisas nas áreas de arqueologia e preservação patrimonial. A prioridade é entrevistar pesquisadores de outras áreas, como a física, a química, a biologia e a metrologia arqueológica e patrimonial, a arquitetura, a restauração, por exemplo, e que vêm

fornecendo subsídios às pesquisas arqueológicas. Esses profissionais, através de técnicas de análises inovadoras, possibilitam novas abordagens, aportando o benefício da prova e os dados científicos, tão necessários às ciências humanas. Em homenagem a eles criou-se na Revista o espaço Academicum Opus.

6) **ÁLBUNS:** Desde 2016 são publicadas coleções de fotografias e imagens.

Extensão: 10 fotos, sendo uma foto por página, no formato paisagem.

Estrutura:

- Título,
- Autor(es) apenas os nomes por extenso e sem abreviação,
- E-mail dos autores,
- Indicação de apenas 1 instituição, departamento ou empresa de vínculo empregatício SEM TITULAÇÃO e como nota de rodapé,
- Resumo com no máximo 100 palavras,
- Três Palavras chaves,
- Três keywords,
- Abstract com no máximo 100 palavras,
- Notas deverão ser de pé de página,
- Referência bibliográfica completa ao final.

48

FORMATO DAS REFERÊNCIAS

- Obras Citadas

Citações no texto devem seguir os exemplos a seguir:

(MARTIN, 1997)

(MARTIN, 1997: 243)

(MARTIN, 1997: 243 a 244)

(PESSIS e GUIDON, 1992) – dois autores

(PARENTI et al., 2003) – três e mais autores

- Livro

MARTIN, G. 1997. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Recife: Editora Universitária, UFPE.

- Capítulo de Livro

ALLEN, S. 2001 “Identidades em Jogo: Negros, Índios e a Arqueologia da Serra da Barriga”. In S. de ALMEIDA, M. GALINDO e J. ELIAS (orgs.). *Índios do Nordeste: temas e problemas 2*. Maceió, AL: EDUFAL, 245-275.

- Artigo em Revista

OLIVEIRA, C. 2003. “Os Grupos Ceramistas Pré-Históricos do Sudeste do Piauí: Estilos e Técnicas”. *FUMDHAMENTOS* vol. 1 (3), 57-122.

- Dissertação e Tese

ETCHEVARNE, C. 1995 Etude de l'appropriation des ressources du milieu: les populations pré-coloniales Sanfranciscaines, dans l'Etat de Bahia (Brésil). Tese de Doutorado, Muséum National d'Histoire Naturelle, Paris, França.

- Demais referências, tais como jornais, manuscritos, entrevistas, coleções museológicas e assim, devem seguir as orientações contidas no ABNT, sendo importante a padronização de todos esses dentro do mesmo trabalho.